



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Tatiana Duarte Monteiro

**O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e suas repercussões na
Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá/RJ**

São Gonçalo

Janeiro, 2014

Tatiana Duarte Monteiro

**O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e suas repercussões na
Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá/RJ**

Monografia apresentada, como exigência do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo

Janeiro, 2014

Ficha Catalogação

M 775

Monteiro, Tatiana Duarte

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e suas repercussões na Educação de jovens e adultos no município de Tanguá /Tatiana Duarte Monteiro. 2013.

62 f.

Monografia de conclusão de Curso apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Pedagoga à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Dr^a Márcia Soares de Alvarenga.

1. Educação de Jovens e Adultos – Rio de Janeiro (RJ). I. Título. II. Alvarenga, Márcia Soares de.

CDU 374.7 (815.3)

Tatiana Duarte Monteiro

**O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e suas repercussões na
Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá/RJ**

Prof^a Dr^a Marcia Soares de Alvarenga (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof^a Dr^a Maria Tereza Goudard Tavares (Parecerista)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo
Janeiro, 2014

Aos meus pais, que estiveram presentes em todos os momentos importantes de minha vida e com muito esforço, proporcionaram uma educação baseada na honestidade, simplicidade e generosidade. A eles o meu respeito e orgulho.

Agradecimentos

À Deus, por guiar meus caminhos e iluminar as minhas decisões.

À minha família, que sempre me apoiou em todas as minhas iniciativas e principalmente me incentivam a continuar a busca dos meus ideais.

À Profª Drª Marcia Soares de Alvarenga, que apoiou a minha pesquisa e esteve presente o tempo todo na construção dessa obra, sempre disposta a me ajudar com conselhos e sugestões. Muito obrigada.

Ao Núcleo Vozes da Educação, que foi a base da minha vida acadêmica. Aprendi muito com todos os professores e bolsistas durante os anos em que trabalhamos juntos, contribuindo de forma significativa para a minha formação.

Às minhas queridas amigas da turma de Pedagogia 2008/2, Juliana, Hannah, Iana, Nathália, Alyne, Valéria, Maria Emília, Andressa, Evelyn, Maria José, sem vocês os dias na faculdade não seriam os mesmos. Obrigado meninas por trazer às nossas manhãs a alegria de um novo dia.

Às minhas primas Grasielle e Aparecida, pois sem vocês com certeza não estaria hoje concluindo o meu curso de Pedagogia. Minha eterna gratidão meninas.

A todos os meus tios, primos e amigos que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho se constituísse.

Grata a todos pelo carinho e compreensão durante esses anos.

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos,
esperamos que permaneça: nossa confiança no
povo. Nossa fé nos homens e na criação de um
mundo em que seja menos difícil amar.

Paulo Freire

MONTEIRO, Tatiana Duarte. **O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e suas repercussões na Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá/RJ** Monografia (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Resumo

A presente monografia foi desenvolvida tendo por principal objetivo analisar possíveis motivações que levam jovens e adultos, que não concluíram o ensino fundamental, a (re) ingressar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos do município de Tanguá/RJ. Considerando que o município de Tanguá faz parte da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) na região, perguntamos se as motivações destes sujeitos em retornarem à escola teriam relação com as possibilidades de participarem das frentes de trabalho e emprego abertas pelo complexo industrial instalado na região. A pesquisa se desenvolveu ancorada em entrevistas realizadas com estudantes jovens e adultos com diferentes idades matriculados em duas turmas do primeiro segmento do ensino fundamental de escolas municipais que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Do ponto de vista teórico e de análise temos como principal referência, entre outros, as contribuições de Paulo Freire, Sérgio Haddad, Jamil Cury e Miguel Arroyo. E no intuito de conduzir a contextualização desse trabalho, traço o percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; o percurso histórico do município de Tanguá e o que é o COMPERJ. Por fim, os resultados da pesquisa são apresentados a partir das análises das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa e observações das atividades desenvolvidas pelas docentes junto aos jovens e adultos das escolas que contextualizam os estudos da presente monografia.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, município de Tanguá, direito à educação e COMPERJ

Lista de Ilustrações

Figura 1: Usina	34
Figura 2: Família do Senhor Manoel João Gonçalves	34
Figura 3: Festa na Usina	35
Figura 4: Hospital da Usina	36
Figura 5: Primeira missa na Paróquia de Tanguá	38
Figura 6: Primeira missa na Paróquia de Tanguá, Dona Terezinha e Pe. Augert	38
Figura 7: Paróquia Nossa Senhora do Amparo atualmente	39
Figura 8: Terreno onde é erguido o COMPERJ	45
Figura 9: Localização do COMPERJ	46

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quadro referente ao plebiscito	41
Tabela 2: Quadro com informações da EJA municipais de Tanguá	43

Lista de siglas e Abreviaturas

CIBRAN Cia Brasileira de Antibióticos

COMPERJ Complexo petroquímico do Rio de Janeiro

CONAE Conferencia Nacional de Educação

EJA Educação de Jovens e Adultos

FUNDEF Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

JK Juscelino Kubitschek

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação

MEPF Ministério Extraordinário da Política Fundiária

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST Movimento dos Sem Terra

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PAS Programa de Alfabetização Solidária

Pe. Padre

PIB Produto Interno Bruto

PANFLOR Plano Nacional de Formação do Trabalhador

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE Plano Nacional de Educação

PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEFOR/MTB Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho

SEA Serviço de Educação de Adultos

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sr. Senhor

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

I Introdução	13
II O percurso da escolarização de Jovens e adultos no Brasil	18
III O Município de Tanguá como contexto da pesquisa	30
IV O Complexo Petroquímico e a pesquisa na Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	44
IV.1 O COMPERJ	45
IV. 2. A Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá: reflexões sobre os resultados da pesquisa	47
V Considerações finais	54
VI Bibliografia.....	55
VII Anexos	56

*A educação do homem começa
no momento do seu nascimento;
antes de falar, antes de entender,
já se instrui.*

Jean Jaques Rousseau

I Introdução

A proposta de escrever um trabalho monográfico pode não ser uma tarefa fácil, principalmente mediante a escolha de um tema, uma pergunta, um objetivo, quando diversos assuntos interessantes são apreciados durante uma graduação. Se para uns o tema de uma monografia é algo escolhido e definido de forma simples, para outros essa tarefa é algo um pouco mais complexo.

No meu caso não foi muito diferente disso, pois até chegar ao assunto de abordagem dessa obra que você leitor vai apreciar a cada frase, a cada parágrafo, a cada capítulo, um longo caminho foi percorrido.

O primeiro contato com a possibilidade de um tema para a monografia foi com a matéria de Pesquisa III que tem por objetivo iniciar o estudo da construção de projetos e como documento final de conclusão da matéria era a apresentação de um pré-projeto de monografia. Procurei entre as monografias disponíveis no banco de dados de monografia alguma obra que me inspirasse na escolha de um tema e assim a sexualidade foi o tema que escolhi para começar a fazer o meu pré-projeto. No semestre seguinte cursei a matéria de Pesquisa IV que tem como objetivo dar continuidade os estudos desenvolvidos em Pesquisa III e como produção final um Projeto ligado a nossa monografia.

Durante esse período consegui fazer parte como bolsista de um projeto de Pesquisa da Faculdade de Formação de Professores denominado Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação, Memória e História das Escolas de São Gonçalo. A participação na pesquisa contribuiu para minha formação de forma expressiva. Entendi que é a partir da aquisição de fontes imagéticas e documentais que a equipe envolvida no projeto recorre a estas alternativas como forma de apreensão/compreensão da realidade educacional gonçalense, anima assim o diálogo entre o passado e o presente e a prospecção futura sobre os seus desdobramentos.

Através do trabalho de recuperação e aprofundamento das fontes documentais, percebo que o diálogo da pesquisa com a comunidade se amplia de forma significativa, além de fomentar um banco de dados de histórias e memórias da educação gonçalense, que se

disponibiliza para professores e estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino, governos locais e sociedade civil organizada.

O diálogo com fontes estende as possibilidades de versões diferentes de uma mesma história/memória, vivenciada por indivíduos diferentes, mas com experiências em comum, respeitar essas falas, essas memórias fazem parte do trabalho desenvolvido pela pesquisa entendendo que essas memórias não se resgatam, mas sim são resinificadas.

A partir de então novos rumos me guiaram a mudar o tema a minha monografia, pois trabalhando com o Núcleo tive contato com as pesquisas individuais dos professores que fazem parte do Vozes da Educação e me identifiquei com o a abordagem que minha Orientadora da Pesquisa, a Professora Doutora Marcia Alvarenga, trabalhava com seus estudos relacionados as questões da Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas ligadas a essa modalidade. Além das aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) 1 e 2 que me ajudaram a entender um pouco mais sobre essa modalidade de ensino.

O tema da minha monografia está diretamente ligado com o grande interesse que desenvolvi pela Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino de extrema necessidade e importância do sistema educacional brasileiro.

Essa temática também é relevante em relação à realidade em que vivo, ou seja, Tanguá, uma cidade de interior localizada no estado do Rio de Janeiro, onde a educação pode ser um dos caminhos de melhores condições econômicas, pois segundo o documento Informações Socioeconômicas do Município de Tanguá, organizado pelo SEBRAE em 2011, Tanguá é a cidade da região metropolitana com o menor Produto Interno Bruto (PIB) gerando em torno de 202.580(R\$ mil) e quanto as classes econômicas do município na área urbana por numero de domicílios é considerado em sua grande maioria da classe C2 que possui renda média familiar mensal de 950,00 (R\$)², contudo existe também um número expressivo de famílias de classe D com renda média mensal de 600,00 (R\$)², um dos males que assola muitas cidades brasileiras, como reflexo das desigualdades de classes.

O investimento em educação principalmente nas questões que se referem aos jovens e adultos é o primeiro passo para a estruturação de uma educação voltada à realidade dos seus pares que por ventura se afastaram da escola por motivos diversos. Os sujeitos que abordamos não são adultos e jovens graduados, qualificados ou com grau de instrução de grande nível, mas sim, indivíduos com características específicas a essa modalidade.

Ele é geralmente o migrante que chega às grandes cidades metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas (OLIVEIRA, 1999, p 59).

Significa dizer que o aluno da Educação de Jovens e Adultos aos quais iremos nesta monografia nos referir, não é qualquer jovem e adulto, ele possui um passado de muita aprendizagem de mundo e pequena passagem pelo aprendizado escolar. Posso dizer que nessa presente obra falaremos desses personagens constituintes da EJA que muitas vezes excluídos da escola não acreditam que também é um espaço pertencente a eles.

Essa modalidade de ensino cada vez mais amplia suas vagas devido ao contingente de egressos à escola como reflexo de um passado excludente e do grande número de evasão escolar, que é estimulada muitas vezes pela repetência e a reprovação desencadeadora da distorção idade/série. O esforço em reparar essa dívida que muitos anos afligem o país enquanto sociedade brasileira e questiona o papel do Estado no dever de promover a educação como direito de todos e se faz presente nas inúmeras campanhas educacionais desenvolvidas pelos governos que se sucederam.

Contudo esses jovens e adultos desenvolveram outras formas de expressar seus conhecimentos que mesmo não sendo conhecimentos que fazem parte da cultura escolar, afirmam-se como uma cultura importante baseada principalmente na oralidade e nos conhecimentos de mundo, conforme Paulo Freire nos ajuda a compreender como “leitura de mundo” em seu livro “A Importância do ato de Ler” (1989), como precedente ao conhecimento institucional e que se tornam a base de todo processo educativo de cada indivíduo.

No entanto, numa sociedade baseada hegemonicamente na escrita, o fato de um sujeito não saber dominar a grafismo de forma satisfatória, parecem o exclui completamente do direito a exercer a cidadania, a possuir os deveres e direitos de um completo cidadão. Isso também provoca um sentimento de não pertencimento, de exclusão do convívio social.

A escola é um ambiente público e de direito a todos, porém muitos não têm acesso ou não sentem que tem direito a esse direito, pois não basta construir escolas se as políticas públicas de ingresso e permanência nela são insuficientes para atender a problemática da desigualdade social que é ponto importante a ser discutido como um dos fatores sociais que criam obstáculos para a universalização da educação como direito de cidadania.

Uma educação democrática é aquela que preza pela valorização dos saberes e experiências individuais e coletivas que todos trazem antes mesmo de entrar na escola, que ainda é algo a ser incentivado como parte importante no processo de produção de conhecimento, pois é a partir daquilo que se sabe, que novos saberes se agregam e se transformam ao longo dessa construção.

É dever do Estado, oferecer uma educação democrática baseada na igualdade de direitos e respeitando cada cultura dos seus pares, afim de desconstruir os moldes de educação atual que continuam a contribuir para aumentar o fosso entre os poucos que detém a maior parte da riqueza produzida em detrimento dos muitos brasileiros que produzem esta riqueza. Assim, entendemos que educação para todos deve ser uma educação para “Humanização”.

É por estarmos sendo este ser em permanente procura, curioso, “tomando distância” de si mesmo e *da vida* que porta; é por estarmos sendo este ser dado à aventura e à “paixão de conhecer”, para o que se faz indispensável a liberdade que, constituindo-se na luta por ela, só é possível porque, “programados”, não somos, porém, determinados; é por estarmos sendo assim que vimos nos vocacionando para a *humanização* e que temos, na *desumanização*, fato concreto na história, a *distorção da vocação*. Jamais, porém, outra vocação humana. Nem uma nem outra, humanização e desumanização, são destino certo, dado, sina ou fado. Por isso mesmo é que uma é vocação e outra, *distorção da vocação*. (FREIRE, 1994, p.50)

Educar para humanizar na concepção de Freire é abandonar uma educação mecânica baseada na transferência de conhecimento entendendo que os saberes são produzidos através das discussões e problematização do meio em que o educando vive, e assim possa compreender seu papel na sociedade não aceitando as coisas que lhe são impostas e sim criticando essas imposições, ou seja, humanizar não é depositar conhecimento e sim construir conhecimento. Para isso o ensino não deve ser baseado numa verticalidade, onde alguém que sabe oferece o conhecimento a alguém que não sabe, mas sim na horizontalidade, onde todos tem algo a ensinar e algo a aprender, e através da troca de informações há a construção de conhecimento.

Dessa maneira a educação toma o seu verdadeiro papel como construtora de sujeitos críticos, afinal é através das trocas de experiências, das trocas de culturas e de realidades que se desenvolvem opiniões sobre o que se discute. Contudo, pensar uma Educação de Jovens e Adultos baseada na criticidade nos moldes dos currículos da escola regular se torna um desafio, pois sua estrutura não atende a necessidades desses indivíduos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos. Esse currículo do ensino de EJA deve ser pensado também com a intenção de que esses jovens e adultos possam recuperar o tempo perdido e assim terem as mesmas oportunidades que qualquer um na busca do mercado de trabalho.

Ou seja, a estrutura da Educação de Jovens e Adultos deve ser edificada com base a atender sua vida prática em relação a sua profissionalização que garante sua subsistência e também sua vida social de interação com o seu meio, com a sua cultura de forma que não seja apenas mais um a aceitar o que é imposto como verdade, mas sim a impor suas opiniões a se colocar em debates as problemáticas existentes.

Dentro deste caráter ampliado, os termos “Jovens e Adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendem os espaços formais da escolaridade e conduzem à realidade de si e ao reconhecimento do outro como sujeito. (CURY, 2000, p. 12).

Partindo dessa afirmativa, sobre o potencial de aprendizagens de cada um independente de sua idade, sua classe social e sua cor, é que se dá a importância para que esses Jovens e Adultos possam participar do circuito de direito, e não apenas se escolarizar para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, vemos que esta relação entre escolarização e acesso ao mercado de trabalho, ainda, constitui uma ideologia dominante. Diante desta ideologia, me perguntei se seria possível investigar se a implantação do COMPERJ produziria impactos na expansão da oferta da EJA no município de Tanguá. A partir daí decidi analisar os efeitos da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro na escolarização dos Jovens e Adultos no município de Tanguá, esse Complexo está localizado no município vizinho a Tanguá, Itaboraí.

Para isso realizar um levantamento do quantitativo de escolas do município que ofertam o ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os horários que são ministrados as aulas, fazendo uma relação com dados de matrículas nos anos de 2007, 2008 e observando que mudanças podemos destacar. Mas tendo como principal objetivo apontar as expectativas dos Jovens e Adultos de Tanguá que estão em sala de aula, em relação ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A perspectiva metodológica consiste em uma pesquisa qualitativa, tendo o estudo de caso como o tipo de pesquisa, pois observei que ainda não existe nenhum estudo sobre esses impactos no município de Tanguá com relação ao Ensino de Jovens e Adultos, através da apreciação da pesquisa de campo e como procedimento metodológico, a entrevista. Para essa análise escolhi trabalhar com as escolas da rede municipal de Tanguá selecionando algumas escolas para a realização das entrevistas em turmas de Jovens e Adultos, utilizando das entrevistas como fonte de coletas de dados na observação sobre os possíveis impactos da implementação do Complexo Petroquímico.

Nesse processo, a monografia vai abordar como primeiro capítulo o percurso histórico em que se desenvolveu a Educação de Jovens e Adultos, antes mesmo de sua sistematização como parte importante da Educação Básica, perpassando pelas lutas sociais por uma educação de direito a todos em qualquer etapa da vida, e principalmente uma política especialmente voltada a essa modalidade. No segundo capítulo desenvolveremos a história da cidade de Tanguá dos seus primórdios até os dias atuais e seu processo educacional. No terceiro tópico uma abordagem do que é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro sua implantação, localidade e as consequências para a região e a pesquisa em si com análise das entrevistas realizadas com os alunos da Educação de Jovens e Adultos e uma breve contextualização da escola em que realizei a pesquisa. E por último a conclusão ou (in)conclusão da pesquisa.

II O percurso da escolarização de Jovens e adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é um tema de extrema importância e que vem cada vez mais se intensificando nas discussões em referência a uma educação de qualidade. Garantir que a educação possa alcançar a todos aqueles que por algum motivo teve que se afastar da escola, ou nunca teve acesso ao direito à educação escolar, é um trabalho conquistado aos poucos. Entretanto como pode que em pleno século XXI ainda existam jovens e adultos fora da escola? Que não sabem às vezes nem ler e escrever ou ainda que não estão preparados para concorrer no mercado de trabalho? Essas e outras questões podem ser contestadas talvez através de seu decurso histórico.

Para uma análise de como essa modalidade de Educação se organizou nos moldes atuais se faz necessário uma análise sobre seu percurso histórico no Brasil que inicialmente não é algo fácil e sim complexo, pois tencionar a EJA nos seus primórdios de uma forma que englobe todos os processos educativos desenvolvidos exige uma recuperarmos, brevemente, a própria história da educação no Brasil. Além disto, exigiria entender o que vem a ser educação formal, no âmbito institucional escolar, e educação não formal, pois afinal nós seres humanos somos seres sociáveis e em constante aprendizado, isso significa dizer que muitos foram educados através de processos informais difíceis de mensurar.

Essa monografia atenta à educação formal, nos dados de uma educação escolar sistematizada que iremos percorrer ao longo deste capítulo contemplando Educação de Jovens e Adultos desde o período do Império até o tempo presente.

Contudo é no período colonial¹ que começamos o nosso percurso, pois é nessa época que os Jesuítas chegam ao Brasil com seu intuito missionário de educação religiosa como seu objetivo primordial. Além disso, ensinavam também algumas funções específicas da economia da época e noções de boas maneiras a fim de estabelecer uma melhor convivência social, a final de contas, o público para o qual os religiosos desenvolveram o trabalho ao chegar à colônia, eram em sua maioria adultos e povos originários indígenas e depois também educariam nos valores cristãos da Igreja Católica, os negros escravos que chegaram ao Brasil através dos navios negreiros. Em 1759, os Jesuítas são expulsos do Brasil ocasionando uma desordem e a educação dos jovens e adultos acaba ficando esquecido durante esse período.

¹ O período colonial transcorreu da descoberta do Brasil em 1500 e findou-se com a chegada da família real no Brasil em 1808.

Em 1824 temos a primeira Constituição brasileira advinda da época do império e o primeiro registro legal no que se trata da EJA, pois trouxe em seu corpo textual a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos, significa dizer que estavam inclusos os jovens e adultos, porém não se teve muito avanço quanto à prática desse artigo durante o império.

Num país pouco povoado, agrícola, esparso e escravocrata, a educação escolar não era prioridade política e nem objeto de uma expansão sistemática. Se isto valia para a educação escolar das crianças, quanto mais para adolescentes, jovens e adultos. A educação escolar era apanágio de destinatários saídos das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. (CURY, 2000, p. 13)

Mesmo com a garantia legal de uma escola para todos, poucos disfrutaram da escolarização, só aqueles que participaram das classes dominantes conquistaram esse direito, a final poucos eram considerados cidadãos e muitos eram os excluídos. Consequentemente a escola para todos se desenvolveu de forma vagarosa, já que a grande parcela da população da época ficava a margem dos direitos de cidadão.

Além disso, com o ato adicional de 1834 que destinou a educação primária à responsabilidade das províncias, dificultou ainda mais o ensino da massa popular, principalmente pela falta de recursos das próprias províncias. Entretanto em abril de 1879 um decreto previu a criação de cursos para adultos do sexo masculino que não foram alfabetizados, livres ou libertos, com a mesma matéria do ensino regular e acrescentava também um amparo às instituições privadas que disponibilizassem tais cursos.

Mesmo não tendo uma eficácia o decreto foi o primeiro passo no que diz respeito a uma educação voltada especificamente a EJA e também demonstra com clareza a necessidade de escolarização da população devido ao crescimento socioeconômico brasileiro.

Com a chegada da República, uma nova constituição federativa foi proclamada em 1891, e nela a gratuidade do ensino primário não foi incluída. Além de a responsabilidade da educação básica continuar com as províncias e municípios como o ato adicional de 1834 o ensino secundário e superior ficou de maior responsabilidade da União, porém o texto da constituição excluiu os adultos analfabetos do exercício de votar, como o intuito de incentivar o desejo dos próprios adultos de querer aprender.

Ao analisarmos como se desenvolveu desde o império até o dado momento os percalços em que as responsabilidades e a gratuidade do ensino escolar nível básico mudou com as leis e decretos, percebemos que o poder público maior e os subordinados a ele, não tomavam a educação como algo de importância nacional colocando os encargos de ensinar como um “ioiô” entre União e províncias.

Apesar do descompromisso da União em relação ao ensino elementar, o período da Primeira República se caracterizou pela grande quantidade de reformas educacionais que, de alguma

maneira, procuraram um princípio de normatização e preocuparam-se com o estado precário do ensino básico. Porém, tais preocupações pouco efeito prático produziram, uma vez que não havia dotação orçamentária que pudesse garantir que as propostas legais resultassem numa ação eficaz. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109)

Ainda na década de 20 se identificava uma grande porcentagem de crianças à cima de cinco anos que continuavam analfabetas. Apontando que muitas mudanças deveriam acontecer para que o ensino primário atendesse a demanda da sociedade republicana.

Dando continuidade a uma reminiscência da época do império, os cursos noturnos de ensino primário eram oferecidos por associações civis utilizando os espaços públicos desde que pagassem as contas de gás. Essas iniciativas da própria sociedade civil se estabeleceram devido à identificação de ausência do poder público e priorizando interesses particulares das próprias organizações.

Com o desenvolvimento urbano dos anos 20 e a expansão da indústria brasileira influenciou intensamente na necessidade de que a população tivesse o mínimo de instrução dos indivíduos que trabalhariam nessa economia e para uma melhoria no próprio convívio social. Foi a partir dessas demandas que as novas reformas foram se constituindo durante o início da República. Foi por meio dessa nova demanda social que em 1921, que uma conferência convocada pela União e realizada no Rio de Janeiro que sugeriu a criação de escolas noturnas de adultos com a duração de um ano. “Tal medida chegou a fazer parte do decreto n. 16.782/A de 13/1/1925, conhecido como Lei Rocha Vaz ou Reforma João Alves, que estabelece o concurso da União para difusão do ensino primário.” (CURY, 2000, p.16)

O decreto também trazia em seu texto a responsabilidade da União de pagar metade do salário dos professores e a outra metade ficaria com os Estados com a alegação de que a União não possuía muito capital. Como tantas outras ações anteriores, esse decreto não se teve muito sucesso mesmo com a possibilidade de restituir a gratuidade e a obrigatoriedade revisada na Constituição em 1925 e 1926.

Essas iniciativas do início da República colocando em prática a escola para todos, se deu pela necessidade não só interna como também pela pressão externa, pois o Brasil em relação ao outros países estava com os índices educacionais muito abaixo do que o esperado.

Contudo, foi com a Revolução de 1930², que verdadeiramente ocorreu o incentivo a educação e sua seriedade no sentido de que todos teriam direito a ela.

² A Revolução de 30 foi um movimento, liderado por alguns estados brasileiros, que resultou no Golpe de 1930, destituindo o presidente da república Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes pondo fim à República Velha. <http://www.brasilecola.com/historiab/revolucao-30.htm> - 17/03/2013 18h05minh.

Através de uma nova reformulação quanto ao papel do Estado é que o ideário de Nação foi se constituindo aos poucos abandonando o protecionismo das oligarquias regionais. Essa atitude de unidade federativa proporcionou muitos reparos na educação brasileira, uma dessas reformas ocorridas nos idos de 31 coloca o regime de séries como algo definitivo ao ensino secundário, determinando idades apropriadas para cada série diferenciando assim o ensino regular do supletivo.

Com o reconhecimento da importância da participação do Estado na educação, a Constituição de 1934 distingue a educação para todos em caráter nacional e para isso estabelece um Plano Nacional de Educação especificando o que competia a União.

A Constituição, ao se referir no art. 150 ao Plano Nacional de Educação, diz que ele deve obedecer, entre outros, ao princípio *do ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos (§ único, a)*. Isto demonstra que o legislador quis declarar expressamente que o *todos* do art.149 inclui os *adultos* do art.150 e estende a eles o estatuto da gratuidade e da obrigatoriedade. (CURY, 2000, p. 17)

É através dessa iniciativa que se afirma o reconhecimento da instrução dos adultos como parte integrante da Educação, pois não deveriam ficar aquém de uma escolarização de qualidade. Porém, só anos mais tarde a EJA seria reconhecida como um problema social de grave importância nas relações urbanas e econômicas. Foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas as condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior. (HADDAD; DI PIERO, 2000, p. 110).

Refletindo a afirmação de Haddad e Di Piero, tencionando com todo o percurso histórico do Brasil destacamos que a construção de um ideário de nação se construiu conforme as mudanças econômicas foram ocorrendo, pois desde o Brasil colônia o Estado brasileiro manteve uma relação com a sociedade baseada entre aqueles privilegiados e desprivilegiados, cidadãos e não cidadãos que constituiu também o caráter das políticas da época do Império. Com a chegada da república e principalmente com a mudança econômica de uma sociedade antes agrária e na atualidade caminhando a uma economia industrial capitalista se evidenciou a necessidade de cidadãos bem instruídos para o triunfo dessa nova economia.

Porém, como essa nova estrutura econômica daria certo se a maioria da sua população era composta por indivíduos não escolarizados? Foi através de questionamentos como esse que o tema da cidadania ser algo restrito aos privilegiados começou a se ampliar aqueles que até então ficavam a margem desse direito, ou seja, “Cidadania, no sentido de direitos e não no sentido de privilégios” (ALVARENGA, 2009, p.206).

A ampliação do direito a cidadania para todos ampliou também o direito a democracia, a final democracia e cidadania são conceitos que não se dissociam entre si. Como a sociedade brasileira progredia a uma democracia fez-se necessário expandir a alfabetização da população que podemos perceber está ligado sempre ao conceito de detentor da cidadania.

Ao pensar na importância da democracia na sociedade, refletiu-se também a educação primária como parte complementar desse princípio democrata. Essa luta por uma escola de qualidade foi bandeira erguida por diversos movimentos sociais, um desses movimentos foi o da Educação Nova de 1932 que defendeu não só o direito à educação integral para todos, como também sua obrigatoriedade, que até então só existia nos documentos, ampliando do ensino primário até completar a idade oficial de trabalho.

Através dos estudos do INEP³ em 1942 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário, que tinha como objetivo utilizar seus recursos na criação de escolas primárias que incluíssem o ensino supletivo de jovens e adultos. Mais tarde em 1945, 25% desses recursos foi legitimado e destinado exclusivamente para o ensino supletivo de jovens e adultos iletrados.

Em 1945 a UNESCO foi criada após o término da segunda Guerra Mundial, esta organização tinha como objetivo denunciar as desigualdades sociais espalhadas pelo mundo, além de destacar a importância da educação para o desenvolvimento do país, principalmente daqueles que se afastaram de alguma forma da escola. Nesse período pós Guerra é criado em 1947 o SEA, Serviço de Educação de Adultos que reorientavam e coordenavam os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo. Esse movimento se estendeu até a década de 50 e teve forte influência por constituir nos estados e municípios uma estrutura que atendesse a educação de jovens e adultos.

Podemos perceber que é nesse período que a educação brasileira começa a se tornar o centro das atenções e o governo toma para si a responsabilidade de disponibilizá-la e assegurar o acesso a ela, principalmente no que se refere à EJA. Essa postura tomada pelo governo se deu pela ampliação dos direitos à cidadania que deixou de se destinar apenas para as elites, pois foi com a pressão por melhores condições de trabalho e de vida que a grande população brasileira conquistou aos poucos o direito a cidadania e com isso a escolarização de que reivindicavam, ou seja, até então a garantia desses direitos sociais não saíram do papel e

³ INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi criado em 1938 e tinha como objetivo o estudo e a pesquisa na área da educação.

por longos anos na história foram ideário levantados por diversos movimentos sociais a fim de mudar essa realidade que começa a ganhar reconhecimento pelo governo, pois era necessário ter uma população instruída para sustentar essa sociedade industrial capitalista.

Com o incentivo a democracia social em atender a todos os cidadãos brasileiros e a pressão dentro e fora do país por uma sociedade igualitária em direitos, ficou mais evidente a obrigação em melhorar o acesso e a qualidade do ensino dos adultos de forma que os índices de analfabetismo do país se reduzissem. Esses esforços para garantir que o Brasil se estruturasse como uma nação desenvolvida teve como consequência a queda desses índices nos anos 60, porém, ainda havia muito que fazer em comparação com os índices dos outros países para que essa educação fosse considerada de qualidade.

O Adulto analfabeto até então era visto com maus olhos, pois era considerado um “incapaz” e que deveria ser educado e alfabetizado nos mesmos métodos educação infantil. Porém essa visão começou a se modificar a partir do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro de 1958, que teve grande preocupação com em redefinir atributos e ambiente próprio para essa modalidade de ensino. O Congresso colocou em questão a importância da educação dos jovens e adultos ser constituída para eles de forma específica as suas necessidades primordiais.

Esse Congresso, em 1958, foi um passo as mudanças que ocorreriam no início dos anos 60 principalmente no olhar sobre a EJA. Outro questionamento foi quanto à conduta do profissional que trabalharia com essa modalidade, que também deveria se adequar as necessidades dos indivíduos e despidas do preconceito que se constituiu historicamente e que foi objetivo principal nessa década como objeto a ser desconstruído, ou seja, o passado da EJA deveria ser revisto para que novas formas de lidar com a questão emergissem.

Essas mudanças também se constituíram devido à situação política em que o Brasil se encontrava, pois desde o governo Getúlio passando por Kubistschek (JK)⁴, a economia brasileira foi estimulada e desenvolvida interna e externamente, porém o modelo desenvolvimentista cresceu em conjunto com uma falta de controle da economia que se agravou nos governos seguintes que precederam o regime militar. Devido a insatisfação com o que estava acontecendo com a economia e suas influências na vida da população foi que a

⁴ Juscelino Kubistschek foi presidente do Brasil de 1956 a 1961 e tinha como apelido JK.

educação de adultos ficou em primeiro plano, pois eram através deles que os grupos políticos queriam se fortalecer com a massa da população.

É nesse período que a Educação de Jovens e adultos passa a ser contemplada não só com o intuito de apenas educar, mas também politizar.

As diversas propostas ideológicas, principalmente a do nacional-desenvolvimentismo, a do pensamento renovador cristão e a do Partido Comunista, acabaram por ser pano de fundo de uma nova forma de pensar a educação de adultos. Elevada agora à condição de educação política, através da prática educativa de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem. (HADDAD; DI PIERO, 2000, p.113)

Foi em meio a esse ideário que durante o final dos anos 50 e início dos anos 60 que diversos movimentos educacionais surgiram como Movimento cultural de Recife em 61; Centros Populares de Cultura; Campanhas de desenvolvidas pelos Estados brasileiros e em 64 o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura. Esses programas e movimentos obtinham investimentos, principalmente público.

Com participação das lutas sociais e esses movimentos de investimento na educação oferecida pelo Estado, que a Educação de Jovens e Adultos se constituiu como uma educação para os seus, ou seja, uma escolarização com especificidades a essa modalidade de ensino, que por sua vez valoriza seus saberes, conhecimentos informais que fazem parte da realidade das classes populares.

Ainda segundo Cury (idem, 2000, p. 20) “Uma nova redefinição será trazida pelo golpe 1964 que aprofundará a distância entre o ímpeto urbano, modernizador, industrializante e demográfico do país e os processos de democratização dos bens sociais.” O golpe de 64 vai ocasionar uma reviravolta política no Brasil e conseqüentemente na educação brasileira que passa a ser reprimida e perseguida. Ou seja, aqueles movimentos e programas que foram criados e desenvolvidos em 1960 foram interrompidos e seus líderes presos ou perseguidos, entre eles também se incluem os líderes populares, alunos e professores acadêmicos que apoiavam as lutas sociais. Essa repressão destinou-se a aqueles que contrariavam o regime e estimulavam as ações em oposição ao governo.

Através dessa repressão a economia começou a reagir e o acesso à escola primária se deu de forma controlada e é através dela que a Constituição de 1967 mantém o direito à educação a todos e amplia a obrigatoriedade de escolarização aos quatorze anos, conceituando os acima de 14 como jovens influenciando assim o ensino supletivo, porém ela retira em seu texto a responsabilidade de manter recursos para educação primária.

Mesmo mediante a repressão existente, algumas ações foram consentidas como, por exemplo, a cruzada ABC de cunho assistencialista dirigido por evangélicos. Contudo anos mais tarde muitas críticas surgiram ao programa e o mesmo foi extinto. Devido à própria

pressão dos índices e em comparação a educação nos outros países, o governo não pode abandonar o ensino de jovens e Adultos mantendo a população iletrada e cada vez mais longe da escola devido à própria pressão dos índices e em comparação a educação nos outros países. Como o intuito dos militares era um país de crescimento e eles necessitavam de uma aproximação com as classes mais populares mantendo uma falsa democracia forjada na opressão, incluíram na Constituição de 1967 uma fundação chamada Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL. Criado pela lei 5.379/67 o MOBRAL veio substituir as cruzadas ABC e teve como objetivo inicial interesses pedagógicos. Entretanto devido à pressão do regime militar se tornou um instrumento não só para atender as necessidades dos excluídos da escola, mas também como atender os interesses militares.

O MOBRAL era mantido com recursos voluntários advindos do imposto de renda de empresas contabilizando 1% e da renda líquida da loteria esportiva contabilizando 24%. Essa proposta foi motivo de propaganda do governo para o fim do analfabetismo no país e do aumento de mão de obra assim poderiam cada vez mais conseguir patrocinadores para o movimento em meio aos donos de empresas.

Esse movimento além de não depender do dinheiro da União, se desenvolveu junto com outros programas de educação, já que sua organização funcional se deu através de comissões municipais caracterizadas por uma descentralização e a direção pedagógica pela centralização que padronizaram a avaliação e programação. Essas características, entre outras, ajudou o governo em seu ideário opressor e controlador.

Nos idos de 1970 o MOBRAL se tornou a esperança de em pouco tempo acabar com o analfabetismo. Era um período de extrema repressão militar em todo o país o que garantiu ao movimento um crescimento rápido. Contudo esse crescimento tornou o movimento cada vez mais autônomo ocasionando a saída de controle do próprio governo “O MOBRAL foi criticado pelo pouco tempo destinado à alfabetização e pelos critérios empregados na verificação da aprendizagem” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.116). Foi criticado também por ser um movimento com os mesmos objetivos e incentivos financeiros que o Ensino Supletivo com isso algumas mudanças foram ocorrendo em relação a prioridades do MOBRAL que passa a crescer sua área de atuação atendendo outras faixas etárias de ensino.

O Ensino Supletivo ganha importância a partir de 1971 com sua regulamentação através da Lei de Diretrizes e Bases 5.692 e fundamentada por meio de outros dois documentos: O parecer nº 699 e Políticas para o Ensino Supletivo. Essa modalidade de ensino apresentava como objetivo prover uma escolarização que complementasse o ensino regular,

promovendo uma educação tanto voltada para aqueles que de alguma forma se afastaram da escola como para a continuidade dela.

Caracterizava-se pelos seguintes princípios, primeiro como parte integrante ao ensino regular e, contudo independente, segundo tinha caráter desenvolvimentista, que se tornou uma marca do regime militar e terceiro que deveria ter uma metodologia pautada no público que o Ensino Supletivo objetivava atender.

Essas características formavam a base de desenvolvimento do Ensino Supletivo cujo o alvo era resgatar os atrasos educacionais e gerenciar a continuidade do ensino como forma de desenvolvimento nacional. Para isso agregaram-se ao ensino supletivo cursos, com profissionais indicados e treinados para trabalhar com essa modalidade de ensino, no intuito de promover uma educação continuada destinada às pessoas que já estavam no mercado de trabalho e para aqueles que almejavam entrar também. E para que esses objetivos se cumprissem o Ensino Supletivo ficou disposto em quatro categorias: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação⁵.

Assim se criou um ideário na população de que Ensino Supletivo era um modelo educacional moderno e visionário que não se prendia a interesses de uma única classe social, uma oportunidade de continuidade dos estudos e atualização.

As iniciativas do governo das décadas de 60 e 70 em relação à Educação de Jovens e Adultos como o MOBREAL e a regulamentação do Ensino Supletivo ampliando sua atuação para além da alfabetizar abrangendo o ensino fundamental e médio, entretanto uma educação dentro de um regime militar não se tratou de ser uma escolarização livre de direitos e sim repressiva nas suas entrelinhas, pois muitos movimentos sociais e culturais que apoiavam o ensino de adultos foram destituídos dos seus direitos, pois os militares viam nesses movimentos oportunidades de rebeliões contra o regime.

Tal como as iniciativas anteriores, engendradas pelo regime militar, o MOBREAL (1970-1985) irá fortalecer a ideia do analfabetismo como responsabilidade do indivíduo, como um problema de causa isolada e individual, sem relacioná-lo, por isso mesmo, às questões sociais, políticas e econômicas responsáveis pela sua produção. Ao mesmo tempo, irá enfatizar a alfabetização como condição essencial para o desenvolvimento econômico do país. (ALVARENGA, 2009, p.208).

Na perspectiva Liberal, só um indivíduo alfabetizado poderá exercer cidadania, poderá ser um cidadão de direitos. A difusão desse ideário fazia parte da estratégia de dominação do

⁵ Saiba mais sobre essas quatro funções no texto de HADDAD, Sérgio e PIERRO, Maria Clara Di. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação n14. Agosto de 2000.

cruel regime militar que ocultava os demais direitos que um cidadão possui através do sistema educacional, ou seja, colocou-se na educação a reparação das desigualdades sociais.

Com o término do golpe militar e a retomada da redemocratização de 1985, os civis puderam retornar suas atividades políticas e a educação voltou a reafirmar as políticas democráticas. Contudo a EJA ficou marcada pelo dualismo entre a legitimidade no plano jurídico e a de fato efetividade das políticas públicas.

Outro marco importante foi a extinção do MOBREAL como uma forma de desvincular o novo governo com as antigas formas de educação controladora e ideológica do Regime militar. O MOBREAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). Esta Fundação rompeu com a equivalência que existia entre o MOBREAL e o Ensino Supletivo, pois era subordinada a Secretaria de Ensino do MEC, objetivando assim prover e apoiar o seu desenvolvimento dentro do próprio ensino supletivo oferecido pelos municípios.

Com as novas políticas de democratização, os movimentos populares que antes trabalhavam praticamente na clandestinidade voltaram a atuar de forma ativa não só com as questões do campo como também com o Ensino de Jovens e Adultos, tomando espaço nos meios acadêmicos e nos programas públicos alfabetizadores.

Nesse período uma importante conquista da educação brasileira adveio com a Constituição de 1988, que foi o direito ao ensino fundamental público e gratuito para qualquer idade significando uma ampliação e melhoria na EJA nos anos que se seguiriam.

A despeito disso, em 1990 o então presidente Fernando Collor de Melo finda a Fundação Educar com a explicação de corte administrativo assim como os fundos que subsidiavam a Fundação que era também os meios de financiamento do MOBREAL. Essa decisão do governo pegou a todos de surpresa, pois a partir de então a responsabilidade pedagógica passou a ser dos órgãos públicos e dos movimentos sociais que antes eram vinculadas a Fundação Educar, ou seja, em âmbito governamental os municípios passaram a deter esta responsabilidade.

Em 1993 um movimento iniciado pelo governo em prol da formulação de um novo plano político educacional foi estimulado com o intuito de priorizar o acesso a recursos internacionais que visava à erradicação do analfabetismo mundial, e mesmo com o impeachment de Collor esse plano foi concluído em 94, porém não foi à frente devido ao então presidente eleito Fernando Henrique Cardoso que recusou o Plano Decenal como foi chamado e preferiu uma reforma da educação política e institucional em paralelo à promulgação da nova LDB 9.394 de 1996.

Ela trouxe como novidade à redução da idade mínima para prestar os exames supletivos, ou seja, 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio e integrou o sistema regular com o ensino supletivo que antes eram vistos como partes distintas do sistema educacional, todavia com relação ao EJA não se obteve mudanças significativas.

A LDB também fomentou a necessidade de um Plano Nacional de Educação (PNE) de duração decenal, que deu seu início em 1997 e foi apresentado em 1998 que se realizou paralelamente ao II Congresso Nacional de Educação em Belo Horizonte, no final dos anos 90 um parecer que dispõe da formação continuada como um direito de todos os cidadãos colocou em pauta as dificuldades da Educação de Jovens e Adultos. Até 2000 o PNE esperava a votação em plenário.

Em 1995 a reforma educacional desenvolvida sofreu forte pressão com relação aos gastos públicos, pois a União objetivava priorizar o ensino fundamental obrigatório. Assim, uma das aquisições da reforma foi uma ementa constitucional aprovada que extinguiu o artigo que responsabilizava o governo quanto à erradicação do analfabetismo até 1998, ou seja, o governo não seria obrigado arcar com a metade do financiamento destinado a educação, criando assim um novo Fundo em cada Estado.

[...] o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), um mecanismo engenhoso pelo qual a maior parte dos recursos públicos vinculados à educação foi reunida em cada unidade federada em um Fundo contábil, posteriormente redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal proporcionalmente às matrículas registradas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino. Nesse novo arranjo do regime de colaboração entre as esferas de governo, a União deveria cumprir a função supletiva e redistributiva complementando os Fundos daqueles Estados cuja arrecadação não assegurava o valor mínimo por aluno ao ano, fixado em decreto presidencial anualmente com base na previsão da receita e das matrículas. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.123)

Era desse fundo de financiamento que estados e municípios dispunham para planos de carreira docente, para pagamentos dos professores e a fundação de conselhos escolares para gerir o fundo. Dessa forma, o governo incentivou a responsabilidade do ensino fundamental de competência aos municípios com o discurso de que dessa forma possibilitaria o estado a se comprometer com o ensino médio e o ensino superior ficaria a cargo da União, contudo a regulamentação desse fundo excluiu o ensino de jovens e adultos como beneficiários do FUNDEF, “o ensino de jovens e adultos passou a concorrer com a educação infantil no âmbito municipal e a com o ensino médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não capturados pelo FUNDEF”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.123)

Durante a década de 90 três programas federais se destacaram com relação à educação de jovens e adultos. O governo federal de alguma forma não se distanciou dessa modalidade de ensino, mas, sim, passou sua responsabilidade por outros setores do Estado, pois os três programas tinham características semelhantes, não eram coordenados pelo Ministério da

Educação e em conjunto com parceiros como o próprio governo, sociedade civil e algumas instituições de ensino.

O primeiro era o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) criado em 1996 pelo Ministério da Educação, mas coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária. Era um programa básico com um tempo curto de duração, ou seja, de cinco meses, sendo financiado pelo MEC, empresas e doadores independentes.

O segundo programa foi o PRONERA o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, gerido fora do âmbito governamental. Este programa foi idealizado em 1997 e instituído em 1998, foi através de uma articulação entre reitores universitários e os líderes do MST, orientado pelo o ideário de uma política pública para a educação do campo, educação agrária e se instituiu com a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), universitários e sindicatos, cada um responsável por uma parte do programa. Com a duração de um ano letivo o PRONERA tem como principal objetivo a retirada do trabalhador assentado do analfabetismo total.

O terceiro é o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PANFLOR) desenvolvido pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (SEFOR/MTb), não se caracterizou por um programa de alfabetização, porque não substituía a educação primária seu caráter é de qualificação profissional. Concebida em 1995 tem como parceiros instituições públicas e privadas e financiadas por convênios com os estados e coordenada pelas secretarias de trabalho e emprego.

Durante as últimas décadas podemos observar um avanço na oferta de vagas na educação de jovens e adultos e mesmo diante dessas mudanças, ainda se ressalta o grande número de crianças e adolescentes que por algum motivo se encontram fora da escola. Isso significa dizer que, mesmo com a oferta da escola, ainda se coloca em debate a qualidade desse ensino, pois se no passado as crianças não entravam na escola por falta de vagas na atualidade elas ingressam, mas sua permanência é curta devido a não aprendizagem, provocando um movimento excludente culminando na saída dessa criança do sistema escolar.

Nessa perspectiva podemos perceber algumas mudanças no perfil da clientela que passa frequentar a EJA nos últimos anos, pois deixa de ser um meio para aqueles que não tiveram oportunidades de contato e permanência nas escolas para funcionar como um mecanismo de aceleração para regular os índices de evasão e a distorção idade/série. Ou seja, deixa de ser um movimento de uma política educacional pública para se tornar uma política compensatória a aqueles que não conseguiram seguir o fluxo no ensino regular.

A EJA como uma modalidade da educação básica e que tem uma estrutura específica continua a lutar por uma política educacional apoiada na democracia e na inclusão social. Em 2010 o documento do Conferencia Nacional de Educação (CONAE)⁶, que serviu como base para o desenvolvimento do texto do PNE do decênio 2011 – 2020, traz em seu conteúdo alguns pontos importantes a serem conquistados e desenvolvidos no campo da educação de jovens e adultos para serem garantidos a essa modalidade.

“Consolidar uma política de educação de jovens, adultos (EJA) e idosos/as, concretizada na garantia da formação integral, da alfabetização e das demais etapas de escolarização, ao longo da vida, inclusive para aqueles/as em situação de privação de liberdade.” (CONAE, 2010, p.148). No documento essa é a primeira garantia proposta quanto à educação de jovens e adultos, dentre outras questões levantadas no CONAE a reafirmação de uma política específica para EJA é necessário não só como garantia ao acesso à educação, como também a uma educação de qualidade que atenda as necessidades e singularidades dos alunos.

Assim, o Plano Nacional de Educação, que ainda está em vias de aprovação, propôs como Meta em seu texto “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio” (PNE, 2011, p.12).

Dessa forma, se propõe há à integração da formação básica e à formação profissional, essa formação continuada é um benefício importante para aqueles alunos que precisam de uma formação para sua inserção no mercado de trabalho e também para aqueles para quem a qualificação profissional é um adicional para melhor qualidade em suas profissões.

Essas e outras metas no que se refere ao ensino de jovens e adultos se tornam um desafio para as políticas educacionais que por longos anos de sua história foi marginalizado ou considerado uma parte não tão importante da educação, é necessário que não se prenda apenas na legalidade e sim como uma prática a ser desenvolvida nas escolas do país.

III O Município de Tanguá como contexto da pesquisa

O município de Tanguá tem uma estrutura de cidade interiorana, todavia é a cidade

6 O CONAE está disponível no site do MEC e não contempla somente as questões do EJA e sim diversas questões educacionais que a educação brasileira ainda precisa discutir e colocar em debates divididos por eixos durante a estrutura do texto.

limite da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Tanguá⁷ se localiza a 60 km da cidade do Rio de Janeiro e tem como acesso principal a BR-101; possui um pouco mais 30.531 habitantes, 147 km² de extensão e tem como base de sua estrutura econômica a agricultura, o comércio e a Indústria.

Seu nome vem do Tupi-Guarani, segundo os estudiosos, consta que Tanguá significa baixa das formigas ou papa-formigas ou ainda vale das formigas, dentre esses significados, o mais aceito é “baixa das formigas”.

Sua estrutura educacional também é baseada nas características locais que se desenvolveu ao longo dos anos através da demanda da própria cidade. Antes de nos aprofundarmos na educação tanguense, observemos à trajetória histórica da constituição desse Município, para assim entendermos como se dá o funcionamento da rede educacional na cidade.

A cidade de Tanguá inicialmente foi habitada pelos índios Tamoios, a região pertenceu a Capitania de São Vicente e posteriormente a Capitania do Rio de Janeiro. Estas terras a partir do final do século XVI foram divididas em sesmarias que foram cedidas aos jesuítas que objetivava catequizar os índios.

Em 1670 foi disposto ao Alferes Henrique Duques Estrada o Solar dos Duques, conhecido igualmente como Engenho dos Duques em uma sesmaria de nove léguas quadradas e é dada a essa sesmarias a origem do povoamento de Tanguá. Ela localizava-se na Freguesia de São João Batista de Itaboraí, sendo que nessa ocasião predominou na região o cultivo de cana-de açúcar produção de açúcar e aguardente através dos engenhos.

A história da cidade de Tanguá está totalmente atrelada à história de Itaboraí, por volta do século XVII, o curato de São João Batista de Itaboraí chegou a categoria de Paróquia, assim foi criada a Freguesia de São João de Itaboraí que se desenvolveu ao longo dos séculos seguintes o que propiciou sua elevação para a categoria de vila.

Após a proclamação da República algumas mudanças político/administrativo se estabeleceram no país, essas mudanças também afetaram a vila de São João de Itaboraí, pois no dia 16 de janeiro de 1890, a vila foi elevada a categoria de cidade através de um decreto feito pelo estado do Rio de Janeiro. Esse processo de transição de vila para cidade levantou

⁷ O percurso Histórico/social da cidade de Tanguá descrito nessa monografia foi baseado na Obra *A História de Tanguá* por OLIVERA, Domingos Pessôa da Silva; CORREA, Kátia Regina Peresqui; PAULA, Letícia Miranda; LOPES, Maíra Corrêa; RAMOS, Marilza Fernandes Pereira. Centro Universitário Augusto Motta, 2000.

muitas discussões com relação a sua delimitação territorial que durou longo período devido o grande número de terras, a cidade se dividiu em distritos através do decreto nº 1063, de 28 de Janeiro de 1944, o qual Tanguá pertenceu como 5º distrito⁸ de Itaboraí.

O distrito de Tanguá foi marcado por alguns acontecimentos importantes, um desses acontecimentos é o transporte ferroviário. Em 05 de Julho de 1874, a empresa Ferro Carril Niteroiense estabeleceu um ligação entre os municípios de Niterói e Porto das Caixas, sendo uma forma encontrada para o escoamento do café da zona cafeeira de Nova Friburgo e Cantagalo para a cidade de Niterói.

A primeira composição que chegou a Tanguá data de 17 de Março de 1878, originária de Porto das Caixas contendo 18 quilômetros de distância e tinha como objetivo o transporte de cargas e passageiros, algum tempo depois a ferrovia alcança Rio Bonito que por muito tempo foi à estação terminal.

Em 1890 a companhia Leopoldina passou a ser a proprietária de todo linha do porto de Imbetiba a Campos. A partir da virada do século XIX, começou a passar por Tanguá todos os trens que iam em direção a Campos.

A estação ferroviária em Tanguá foi inaugurada em 1909 e como era muito próxima do centro urbano, funcionou com entreposto comercial sendo também o local de todos os tipos de comunicação, por via telégrafos e posteriormente, por telefone.

Em 1889, informava o Almanaque Laemmert que as malas postais eram expedidas para Itaboraí, Tanguá e Venda das Pedras às 6 horas e às 13 horas e chegavam às 10 horas ao Rio de Janeiro. [...] As comunicações via telégrafo e, mais tarde, por telefone, em Tanguá, eram feitas da estação ferroviária, que além do transporte, fornecia assim a oportunidade de comunicação à população local. (OLIVEIRA, 2000, p. 38)

O momento de grande movimentação da Estação de Tanguá se deu em meados do século XX, devido ao transporte de Cana de açúcar e outros derivados produzidos pela Usina de Tanguá e também devido à precariedade das rodovias, um grande fluxo de passageiros utilizavam o transporte ferroviário. Na madrugada do dia 06 de Abril de 1950 ocorreu uma grande tragédia que foi noticiada, devido a uma chuva intensa e por falhas na estrutura de sustentação dos trilhos sobre o rio Caceribu, o trem descarrilhou provocando a morte de mais de 100 pessoas.

A estação ficou abandonada por alguns anos, devido sua desativação tanto no

⁸ O município de Itaboraí a partir do decreto de 28 de Janeiro de 1944 se constituiu em 6 distritos sendo o 1º distrito Itaboraí, o 2º distrito Porto das Caixas, o 3º distrito Itambi, o 4º Sambaetiba o 5º distrito de Tanguá e o 6º distrito de Cabuçu. Dentre esses distritos Tanguá foi o único que se emancipou.

transporte de cargas quanto no transporte de passageiros, na atualidade ela foi reformada e se tornou sede da Secretaria de cultura, da Biblioteca da cidade e do próprio acervo cultural local, com espaços para exposições de artes plásticas, artesanatos entre outros.

O transporte rodoviário também começou a se desenvolver em meados do século XX, a estrada norte fluminense passava pelas terras de Tanguá, advindas de Niterói, era uma estrada de chão em que praticamente só trafegavam caminhões e poucos carros. No presente momento o grande contingente populacional do Município se localiza ao longo das margens da Rodovia BR101 que foi construída em cima do traçado da Estrada Norte Fluminense.

Por longos anos a cana de açúcar foi a grande matéria prima da economia de Tanguá, então distrito de Itaboraí, a tendência no pós 1ª Guerra Mundial era a decadência do açúcar na região da Guanabara devido aos preços baixos e a concorrência, porém, duas usinas foram instaladas nessa região uma em Tanguá e outra em Sampaio Corrêa, no município de Saquarema, provocando uma valorização da cana-de-açúcar nas proximidades dessas Usinas. Com isso os Fazendeiros e meeiros aumentaram a produção do cultivo da cana, a fim de, abastecer a Usina o que provocou a quebra de pequenos engenhos da área de Itaboraí e adjacências.

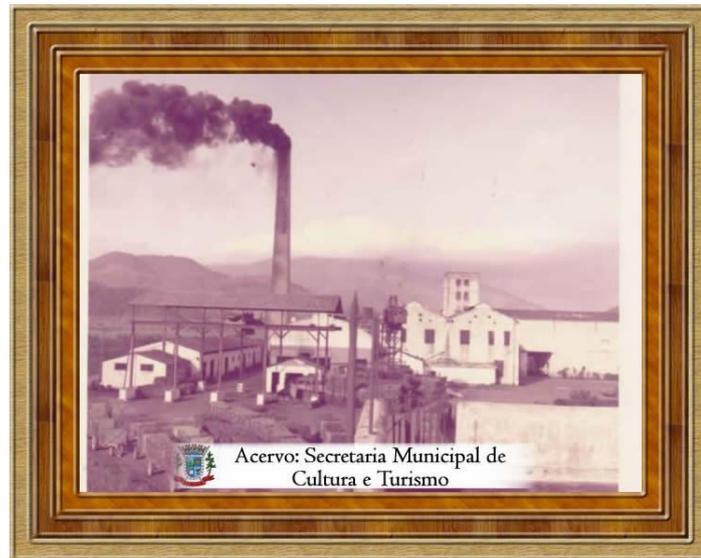
A própria usina foi adquirindo grandes extensões de terra para o cultivo da cana-de-açúcar chegando a ocupar em meados do século XX uma extensão maior que o distrito de Sambaetiba. Em Tanguá outros cultivos também se mantiveram além da cana como a mandioca, milho, banana e laranja, que foi introduzida em 1913, e as fábricas de farinhas.

Não se sabe muita informação dos primeiros momentos da Usina em Tanguá, mas segundo relatos ela era a única destilaria de álcool anidro do país até o ano de 1933.

Após a crise econômica de 1929, que atingiu a produção de açúcar e em consequência também atingiu a Usina de Tanguá, os problemas econômicos levaram a Usina, que pertencia as empresas Brandão Filho, a ser leiloada pelo Banco do Brasil e adquirida pelo Senhor Manoel João Gonçalves com outro sócio, na década de 1930.

No ano de 1952, Manuel João Gonçalves Filho, um dos filhos do Senhor Manuel João Gonçalves, muda-se para Tanguá aos 18 anos com o intuito de fazer o lugar prosperar. Durante os primeiros anos muitas dificuldades surgiram, principalmente porque a Usina se encontrava em um estado precário por ser uma Usina tradicional, mas arcaica.

Figura 1 – Usina



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Figura 2 – Família do Senhor Manoel João Gonçalves



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Com o falecimento do seu pai, Manoel João Gonçalves Filho assume a empresa Agrícola e Industrial Fluminense, grande produtora de cana-de-açúcar que era destinada à Usina de Tanguá grande produtora de açúcar e álcool e em menor quantidade o melaço destinado aos criadores de gado leiteiro e de corte. Toda a produção de açúcar era levada de trem para as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

A Usina tinha o costume de patrocinar as festas de Natal, as festas de final de safra entre outras todas realizadas no próprio pátio, além de um churrasco tradicional com sorteios de brindes.

Figura 3 – Festa na Usina



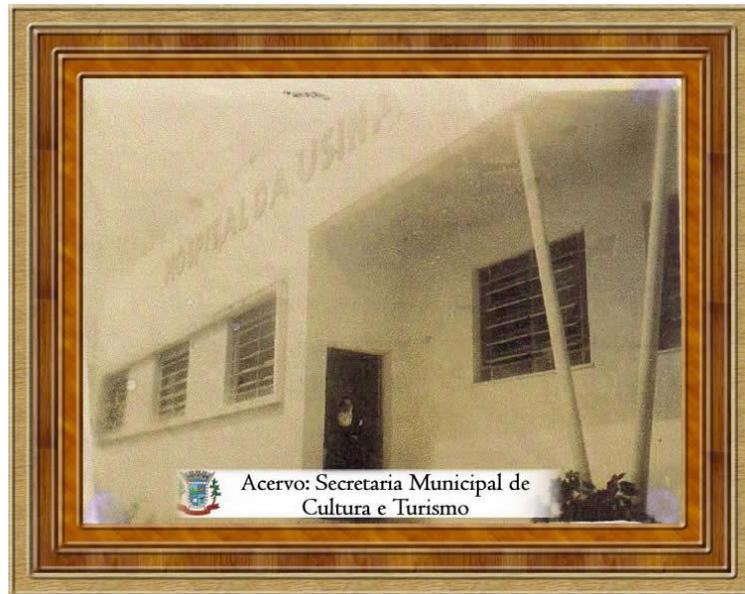
Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

No decorrer dos anos, o mercado consumidor começou a exigir um aumento na produção da Usina, necessitando assim uma modernização no processo de rendimento da empresa, ou seja, investimentos em tecnologias. Como a Usina não conseguiu atender essa demanda do mercado entre os anos de 1967 e 1968 ela se encontrava inviável e com boa parte dos empregados dispensados. O problema econômico da Usina desencadeou uma crise que só não tomou maiores proporções pelo fato de que o Senhor Manoel João Gonçalves Filho efetuou a venda de lotes e casas para os funcionários e ex-funcionários da Usina e em alguns casos, quando eles não tinham condições de pagar, a doação de terrenos e moradias.

Em 1971 e 1972 a produção de cana-de-açúcar restante foi vendida para a usina de Sampaio Corrêa após o fechamento da Usina de Tanguá. Devido ao fechamento a Empresa Agrícola começou a exercer outras atividades econômicas como a criação de gado e a venda de lotes nas suas fazendas. Após a venda de suas fazendas, a Empresa Industrial Fluminense foi fechada e as Terras da Usina foram vendidas para a Cia Brasileira de Antibióticos (CIBRAN), que da década de 1990 entrou em falência e atualmente se encontra no poder da justiça.

Por volta dos anos de 1957, foi criado e administrado pela Usina o Hospital da Usina de Tanguá funcionando até abril de 1965. Seu financiamento era custeado pela própria Usina e seus médicos advinham de Niterói e Rio Bonito. Com plantões de 24 horas diárias tinha como principais atendimentos, os acidentes da lavoura, consultas, curativos, partos naturais, Micro cirurgias e pequenas internações.

Figura 4 – Hospital da Usina



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Em relação a sua estrutura possuía 20 leitos divididos em 10 femininos e 10 masculinos, sala de parto, berçário, consultório dentário, consultório médico, sala de curativo e sala para pequenas cirurgias. Os casos mais complexos eram transferidos para os hospitais da região que tinham suporte.

Apesar de o hospital ser da Usina não atendia apenas os usineiros como também os moradores do distrito e após encerramento do Hospital da Usina os atendimentos passaram para os hospitais das proximidades, mantendo-se apenas uma sala de curativos e em 1967 o Hospital da Usina termina com todas as suas atividades devido a crise econômica enfrentada pela Usina. Com o prédio desativado abrigou as freiras carmelitas vindas de Petrópolis após o desabamento do convento em que moravam e ali aguardaram a disponibilidade de um terreno para construção de um novo convento.

Em meados dos anos de 1971, a clínica Ego adquiriu o terreno e o prédio do antigo Hospital da Usina. Vinda de Niterói trouxe emprego para população de Tanguá. Suas dependências obtinham 200 leitos e 12 médicos de especialidades variadas. Os pacientes de maioria internos tem como atendimento fundamental o psiquiátrico e a participação da comunidade é parte principal do tratamento que se dá através dos eventos organizados pela clínica.

Com o fechamento do Hospital da Usina a população do distrito de Tanguá passou a ser atendidas nos hospitais da região, principalmente Rio Bonito só nos idosos de 80 que entrou em funcionamento a Clínica Tanguá que se localizava nas proximidades do centro do distrito,

seu período de atuação não durou muito devido a precariedade financeira sendo desapropriada pela prefeitura através do decreto nº193 no dia 31 de dezembro de 93.

Na atualidade o Centro de Saúde Demerval Garcia de Freitas é referência fundamental na cidade na área da saúde e o mais antigo. Sua estrutura funcional conta com 2 médicos plantonistas socorristas e um pediatra que atendem 24 horas, além de contar com serviço ambulatorial de cardiologia, clínico geral, ortopedia entre outros, também dispõe de ambulâncias, postos de saúde e farmácia

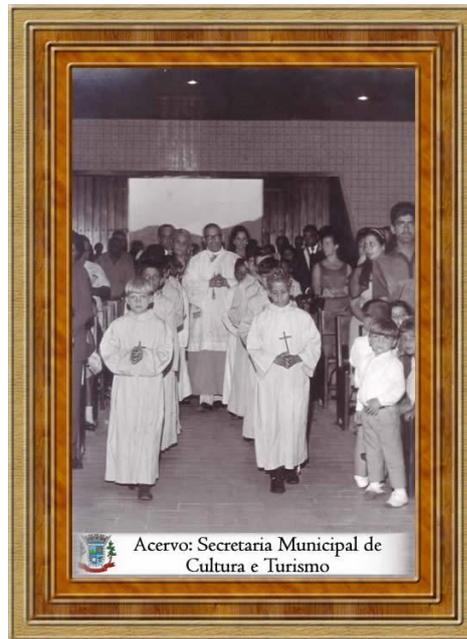
Com relação à vida social do distrito no período do funcionamento da Usina, resumiam-se as visitas aos amigos, familiares, aos bailes que eventualmente acontecia aos sábados, às missas e as quermesses nas capelas. Outros eventos que se destacavam eram as festas de carnaval, os jogos de futebol, a festa da Igreja Nossa Senhora do Amparo dia 15 de agosto e as festas juninas. Existiam também as festas proporcionadas pela Usina e uma sala de cinema que funcionava nos fins de semana promovido também pela Usina. “A Usina patrocinava festas de Natal, as festas de término de safra e outras, todas realizadas em seu pátio. Havia também um tradicional churrasco e ainda concursos com prêmios, como geladeira, fogão etc...” (OLIVEIRA, 2000, p. 55)

A criação da paróquia Nossa Senhora do Amparo também está inteiramente ligada com a família Gonçalves, pois aos fins da década de 60 a população católica do distrito sentia o desejo de não ser apenas uma capela da Paróquia de Itaboraí e sim ter sua própria autonomia como Paróquia.

A Senhora Terezinha Gonçalves, católica praticante, conversa com o então pároco Pe. Augert sobre a importância da construção de uma Paróquia no distrito, como dona Terezinha era portadora de vastos recursos econômicos, ela se dispôs a arcar com os custos da construção, com a autorização do então Bispo de Niterói, participou ativamente desde a primeira pedra até a conclusão da obra.

E foi em 1968 no dia 6 de janeiro que em Tanguá se edificou com a primeira missa solene presidida por Dom Antônio de Almeida Moraes Junior, arcebispo de Niterói a Paróquia Nossa Senhora do Amparo. O Pe. Augert recebeu a incumbência de administrar a Paróquia, contudo cedeu essa responsabilidade ao 1º vigário nomeado oficialmente o Pe. Delmiro Accioly Motta sacerdote diocesano, devido sua idade avançada.

Figura 5 – primeira missa na Paróquia de Tanguá



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Figura 6 – primeira missa na Paróquia de Tanguá, Dona Terezinha e Pe. Augert



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Na década de 1970, o padre Augert solicita ao seu superior a vinda de seu confrade, o padre Claudio Bourgeois como segundo vigário de Tanguá. O padre Augert veio a falecer em 1974 no mesmo ano que a Senhora Terezinha. Em abril de 1982 padre Cláudio foi transferido para Matos Costa em Santa Catarina e chegava em Tanguá para substituí-lo Pe. Thomas Pieters que fazia parte da mesma congregação. Padre Thomas fez chegar a Tanguá inúmeros

recursos financeiros através dos seus pedidos de ajuda que ajudou na compra da casa paroquial, na construção do salão paroquial e a casa Kolping⁹.

A partir de 1987, o padre Cláudio e Thomas se reencontram na paróquia e juntos começam o trabalho para o desenvolvimento da Igreja tanto em tamanho quanto em qualidade. Em 1996, o Pe. José de Freitas chega para ser pároco em Tanguá, e com o apoio do bispo modernizou ainda mais a paróquia e foi nos idos 1998 que veio a falecer o auxiliar de padre Freitas o Pe. Thomas. Em 2003 Pe. Gilberto Bugnon assume a paróquia após a transferência do padre Freitas, o padre Cláudio assume a Paróquia nesse período de transição e se torna vigário em Tanguá após Pe. Gilberto assumir.

Por motivos de saúde no ano de 2010, o padre Cláudio se afasta de seus serviços como vigário vindo a falecer dois meses depois na França sua terra natal, tendo como substituto o padre Thonpsom.

Figura 7 – Paróquia Nossa Senhora do Amparo atualmente



Fonte: <http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>

Como já foi comentado o prédio do Hospital da Usina após ser desativado abrigou as freiras Carmelitas por um período de tempo, isso ocorreu devido à intervenção da Viúva do Senhor Manoel João Gonçalves Filho, a Dona Terezinha Gonçalves e o padre Augert. Elas advinham de Petrópolis após um deslizamento de terra que comprometeu a estrutura do prédio que ficou com risco de desabar. As Freiras inicialmente se instalaram no Hospital da Usina

⁹ A Obra Kolping iniciou-se através de seu fundador Adolfo Kolping em 1849, que tem um por objetivo o atendimento social e religioso das famílias. Mais informações sobre essa Obra pode ser acessada através do site <http://kolping.org.br/site/institucional/historia>.

desativado no ano de 1967 e ficaram até 1970, pois através de uma doação da Senhora Terezinha Gonçalves, puderam construir um novo convento que se instalou do lado da Igreja Católica custeado com a venda do antigo prédio em Petrópolis e doações.

A rotina do convento tem início às 04:00 horas da manhã e termina às 21:00 horas da noite o trabalho das irmãs é feito o tempo todo em silêncio e são realizadas diariamente missas às 07:00 horas da manhã que são abertas ao público.

Quando uma jovem quer ingressar para se tornar uma irmã carmelita é feito o primeiro contato por telefone e visitas ao convento. No primeiro ano de vivência no convento a jovem é chamada de postulante, no ano seguinte ela recebe o hábito e passa a ser chamada de irmã escolhendo um nome que deve adotar a partir daquele momento. Quando a irmã completa 6 anos no convento é feita a cerimônia de votos solene ocorrendo a ligação definitiva com a Ordem depois dessa cerimônia o seu desligamento só ocorre com a autorização do Papa.

No ano de 2013 as freiras carmelitas foram enviadas para outros conventos no país e o prédio desativado para obras que objetivam a instalação de um seminário para formação de novos padres.

Os evangélicos chegam a Tanguá na década de 30 dando origem à primeira Igreja Batista de Tanguá. Nos anos que se seguiram outras denominações surgiram como os Presbiterianos, os Metodistas, os Congregacionais, as Assembleias de Deus, os Adventistas e outros grupos neopentecostais. Atualmente é grande o número de evangélicos presentes na população tanguaense.

Com relação ao distrito de Tanguá era grande o anseio de que ela se tornasse cidade. Manoel João Gonçalves Filho desde sua vinda para Tanguá sonhava com sua emancipação, contudo, esse ideal ganhou importância entre os políticos da época só nos anos de 1986, principalmente por perceberem o descaso que o distrito se encontrava por parte de Itaboraí.

Foi então que Manoel Ferreira Lima unido ao seu amigo e então Deputado João Batista Cáffora a promover a divulgação do ideal emancipacionista. Assim eles assumiram a liderança do movimento formando uma comissão para estudar as leis que viabilizariam a emancipação do então distrito de Tanguá.

Em novembro de 1990, após as eleições para governador, senador e deputados federal e estadual, surgiu novamente a ideia de “Tanguá emancipado”. Mais uma vez, Manoel Ferreira Lima buscou junto a seu amigo João Batista Cáffora, agora Deputado Estadual, apoio para promover a emancipação do 5º Distrito de Tanguá. Este constatou que o município de Tanguá seria viável, pois contribuía com 12% de arrecadação de Itaboraí. (OLIVEIRA, 2000, p. 117).

No dia 04 de abril de 1991 deu-se início ao processo de emancipação do 5º Distrito de Itaboraí em meio à preocupação do estado com um surto de distritos que buscavam a emancipação.

Começou então a campanha em favor da emancipação, contudo o então prefeito de Itaboraí Sergio Soares não era a favor por motivos políticos e econômicos, considerando que não seria bom para o município de Itaboraí a perda da receita e de parte do território que acarretaria a emancipação.

E foi no dia 21 de outubro de 1991 que aconteceu o primeiro plebiscito e infelizmente o resultado foi para que Tanguá continuasse como distrito. No dia 13 de dezembro de 91, a comissão que organizou o plebiscito solicitou a anulação do mesmo, alegando que a campanha do “Não” realizada pelo prefeito de Itaboraí utilizou carro de som sem autorização, todavia a justiça negou o pedido e considerou válido o plebiscito.

Sem perder a esperança da emancipação um novo plebiscito foi marcado para o dia 15 de novembro de 1995, tendo o seguinte resultado:

Tabela 1: Quadro referente ao plebiscito

Total de eleitores	11.6514
Total dos votos apurados	6.952
Total de eleitores que deixaram de votar	4.702
Quórum mínimo	5.828
Total de votos favoráveis	6.715
Total de votos desfavoráveis	150
Total dos votos em branco	87

O resultado foi homologado pelo Acórdão nº 12395/95 do Tribunal Regional Eleitoral, em novembro de 1995 (OLIVEIRA, 2000, p. 139).

Então começou a luta pela assinatura da lei de criação do município pelo governador Marcelo Alencar. A lei nº 2.496, de 28 de dezembro de 1995, foi assinada pelo governador do Estado às 15 horas e 56 minutos e publicada no Diário Oficial do Estado dia 29 de dezembro de 1995 criou o município de Tanguá desmembrando de Itaboraí, tendo como cidades limites Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Rio Bonito, Saquarema e Maricá.

A primeira eleição para prefeito da cidade de Tanguá o candidato do Partido Liberal Jailson Cardoso ganhou as eleições com 67% dos votos, assumindo no ano de 1997. Jailson ganhou as eleições em 2000, nas eleições de 2004, Carlos Pereira assume a prefeitura e fica por dois mandatos consecutivos, atualmente o prefeito da cidade é o Valber Luiz Marcelo de Carvalho.

Com relação à educação em Tanguá os primeiros dados que temos é datada de 1921 quando foi inaugurada a primeira escola do então distrito, essa escola se localiza no bairro da Posse dos Coutinhos a mais ou menos 12km de distância do centro da cidade e atualmente é nomeada de Escola Paulina Porto.

Inicialmente eram poucas as escolas existentes, Os grandes proprietários de terras que se preocupavam com a escolaridade das crianças, organizavam pequenas escolas em suas próprias terras ou internava seus filhos em escolas em Niterói.

Pensando na educação dos filhos dos usineiros o Senhor Manoel João Gonçalves Filho doou o terreno e material para a construção de uma escola perto da Usina que atualmente é o Colégio Estadual Antônio Francisco Leal e não atendeu apenas os filhos dos usineiros como também de toda população local. Outra construção importante para Tanguá na área da educação foi o Colégio Cenecista Manoel João Gonçalves, uma instituição privada doada também pela família Gonçalves que tinha por objetivo a oferta do ensino ginasial que antes era oferecido apenas pelo Antônio Francisco Leal; contudo no ano de 2003 o Cenecista, como era mais conhecido, entrou em falência e fechou suas portas dando lugar para a sede provisória da prefeitura e atualmente comporta as instalações da Secretaria de educação, escola municipal e técnica.

O município de Tanguá conta com 15 escolas municipais que oferecem o ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA; 2 escolas estaduais dispendo o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Supletivo; 2 escolas privadas que proporcionam o ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental e 2 creches municipais.

Com relação à EJA das 15 escolas municipais, 10 oferecem o Ensino de Jovens e Adultos e tem como método de trabalho projetos semestral organizado pelas coordenadoras, educadoras e educandos. Nesse ano de 2013 o projeto de trabalho do primeiro semestre é “Meio Ambiente” e do segundo semestre “O trabalho no mundo da EJA”¹⁰, os projetos além de temas específicos, trabalham a consciência sobre escrita, a interação social desenvolvendo com os alunos o ideário de cidadania e principalmente a valorização dos trabalhos realizados pelos próprios alunos.

O município também oferece aos educadores da EJA uma formação continuada em reuniões mensais, possibilitando aos profissionais que trabalham com essa modalidade a reflexão de sua práxis através da teoria e da troca de experiência. A coordenadora geral da EJA realiza visitas semanais nas escolas com o intuito de observar os trabalhos realizados pelos educadores, as necessidades dos alunos, da escola e suas opiniões quanto à forma de trabalho desenvolvida com as turmas.

¹⁰ As informações sobre a Educação de Jovens e Adultos do município, foram fornecidas pela Secretaria de Educação de Tanguá.

Tabela 2: Quadro com informações da EJA municipais de Tanguá

Nº	ESCOLAS	Nº de alunos matriculados	Nº de alunos frequentando	Horário das aulas
01	Escola Municipal Ipitangas.	7	7	17h e 30m
02	Escola Municipal Vereador Antônio Duarte Lopes.	10	10	16h
03	Escola Municipal Padre Thomas Pieters.	16	16	18h
04	Escola Municipal Manoel João Gonçalves.	9	9	18h
05	Escola Municipal Professora Dearina Silva Machado.	18	6	18h
06	Escola Municipal Professora Paulina Porto.	13	13	18h
07	Escola Municipal Vereador Manoel Nóvis da Silva.	38	38	18h
08	Escola Municipal Professora Zulquerina Rios.	17	17	18h
09	Escola Municipal Iasmim Gonzaga Arantes.	27	27	16 e 18h
10	Escola Municipal Fernanda Suellen da Silva Gripp Sampaio.	25	25	14h e 18h
		Total	168	

Fonte: Secretaria de Educação de Tanguá

O quadro acima especifica melhor os nomes das escolas, as matrículas, a frequência e os horários que as aulas são ministradas nas turmas do Ensino de Jovens e Adultos da rede municipal de Tanguá. O que chama atenção nesse esquema é a variação na oferta de horário entre tarde e noite a essa modalidade. Há estudos que comprovam que a evasão não se dá apenas por questões de horário, mas por outras razões também como currículo, formação inadequada de professores. (ARROYO, 2007).

Outra questão pertinente nesse gráfico é a queda significativa na frequência dos alunos da Escola Dearina Silva Machado que, de 18 matriculados, apenas 06 frequentam assiduamente, Estes dados me fizeram perguntar sobre o que motiva a evasão desses alunos? A explicação obtida através de conversa com a coordenação geral do Ensino de Jovens e Adultos a professora Márcia Brito, que devido à mudança de governo os professores

contratados foram demitidos e através de um processo seletivo outros educadores foram admitidos. Assim, para a coordenadora os alunos dessa turma especificamente não se adaptaram a mudança do professor, pois já estavam acostumados com o professor antigo. Essa fala pode nos fazer pensar a importância do relacionamento e a dimensão afetiva como um fator a ser reconhecido na Educação de Jovens e Adultos.

Fazendo um comparativo com dados obtidos através da Secretaria de Educação de Tanguá em relação às turmas e matrículas nos anos de 2007, 2008 e 2013, temos os seguintes resultados: em 2007 existiam na rede 17 turmas de EJA com 399 alunos matriculados; em 2008 existiam 22 turmas de EJA na rede municipal com 350 alunos matriculados. Atualmente no ano de 2013 a EJA é oferecida em 12 turmas com um total de 180 alunos.

Podemos observar que do ano de 2007 para 2008 houve um aumento na oferta de turmas de EJA pelo município, fazendo uma ponte com o COMPERJ esse é o mesmo ano em que o Complexo da inicio as suas obras de fundamentação, esse pode ser um dos motivadores pra esse acréscimo de classes de EJA. Contudo o número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino é menor que o ano anterior.

Outro ponto importante a ser destacado nesses dados é a oferta de Turmas e alunos matriculados na EJA no ano de 2013 com relação aos anos de 2007, 2008, pois há uma queda significativa de 22 turmas para 17 e de 350 alunos matriculados para 180. Analisando essas informações podemos apontar algumas hipóteses, a primeira é que os índices de idade/série estejam se corrigindo de forma expressiva; a segunda que os alunos estejam se afastando da escola à medida que diminuiu a oferta e turmas dessa modalidade ou que tenha diminuído o número de turmas devido à queda no número de alunos; ou então esses alunos procuram outras instituições fora do município ou Estaduais para continuar sua formação.

Essas são algumas das possibilidades que podemos levantar como possibilidades a essa disparidades de números de alunos matriculados em menos de seis anos em relação às informações que obtemos com os dados da Secretaria de Educação. Ha a necessidade de um estudo mais denso sobre esse assunto no que se refere às verdadeiras motivações para essa queda na matrícula.

Essas características contextualizam o perfil da Educação desenvolvida ao longo do processo histórico de Tanguá e como está inteiramente ligada com desenvolvimento econômico e cultural local e na vida de cada cidadão tanguaense.

IV O Complexo Petroquímico e a pesquisa na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

IV.1 O COMPERJ

Antes de entrar em contato com a pesquisa é necessário entender o que é o Complexo Petroquímico (COMPERJ) e como sua instalação afeta sociedade de Tanguá.

O complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) caracterizado por ser um conjunto industrial que tem como objetivo a produção de derivados de petróleo de primeira e segunda ordem. A Instalação do COMPERJ faz parte do programa do PAC desenvolvido pelo Governo Federal e implantada no município de Itaboraí com o intuito de desenvolver a cidade e os municípios adjacentes, sua escolha como cidade sede ocorreu através de estudos de diversos aspectos tanto técnicos, ambientais e sociais.

Ocupa uma área de equivalente a 45 Km² o que significa dizer 10% de todo o território do município de Itaboraí e está localizado na Rodovia Estadual RJ116, KM 5,2, Acesso A1, s/n. Bairro Alto do Jacú (Sambaetiba) Município de Itaboraí, RJ. CEP: 24841-203.

Figura 8 – Terreno onde é erguido o COMPERJ



Fonte: <http://www.comperj.com.br>

Itaboraí está situada a 40 km da cidade do Rio de Janeiro e tem como extensão 429,3 km², fazendo divisa com os seguintes municípios: Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Maricá, São Gonçalo e Tanguá. Foi considerada por muitos anos uma cidade dormitório devido sua proximidade aos grandes centros urbanos que disponibilizavam boas oportunidades de emprego e por possuir um custo de vida mais baixo em relação às grandes cidades.

Figura 9 – localização do COMPERJ



Fonte: <http://www.comperj.com.br>

Sua instalação se deu a partir de 2008 com a primeira etapa da construção que é de nivelamento do terreno (terraplanagem), e seu objetivo inicial é de uma refinaria capaz de produzir 165 mil barris de petróleo diariamente garantindo ao mercado diversos derivados do petróleo como: Nafta petroquímica, óleo diesel, gás de cozinha, óleo combustível entre outros, e serão transportadas por Dutos, Rodovias e Ferrovias.

A implantação do COMPERJ traz grandes oportunidades de crescimento econômico para todo o país.

Além das empresas que estarão diretamente envolvidas na construção do empreendimento, estudos da Fundação Getúlio Vargas indicam que nada menos que 720 empresas poderão se instalar na região até 2015, na indústria de transformação, para produzir plásticos a partir dos produtos do COMPERJ. O resultado será um efeito de encadeamento econômico que beneficiará intensa e diretamente os municípios vizinhos, indiretamente todo o estado e, também, a economia nacional como um todo. (GUIMARÃES; PANDEFF, 2008, p.169).

Com a construção do complexo petroquímico e das empresas que direta ou indiretamente estão envolvidas com esse projeto, especula-se que irá proporcionar diversas vagas de emprego, oportunidade essa para os moradores da região que estiverem qualificados dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado para os cargos que serão disponibilizados durante toda sua edificação, e também para trabalhadores desempregados de todo o país.

Está prevista a criação de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por “efeito-renda”, a nível regional e nacional, e para capacitar a mão-de-obra em vários níveis de escolaridade, a Petrobras, em parceria com prefeituras, irá proporcionar qualificação profissional. Os efeitos repercutirão na região e em todo o estado. (GUIMARÃES e PANDEFF, 2008, p.169).

Significa dizer que a cidade de Itaboraí e as cidades adjacentes devem preparar os indivíduos para as oportunidades de trabalho que serão disponibilizadas a partir da construção da refinaria e se prepararem estruturalmente para a chegada dos trabalhadores de outras localidades que surgiram para atender a demanda do mercado local.

Alguns impactos sociais poderão ser percebidos ao longo dos anos de instalação do Complexo Petroquímico como: o grande aumento populacional, a favelização devido à ocupação desordenada, a falta de infraestrutura dos serviços básicos disponibilizados pelo município, o aumento na criminalidade, a especulação imobiliária entre outros.

Segundo Guimarães e Pandeff (2008, p.169) “Ao se analisar o contexto social, econômico e ambiental local, percebe-se que os problemas serão maiores do que as supostas compensações dos impactos positivos, sendo a área ambiental possivelmente a mais beneficiada diretamente.”. Esses impactos negativos devem ser observados com atenção pelos governantes para que não se fuja do controle e se torne calamidades públicas insolúveis.

Como outra fonte de pesquisa em relação ao COMPERJ e seus impactos, podemos acessar esses dois vídeos disponíveis na internet que explicam um pouco mais a estrutura desse empreendimento:

<http://www.youtube.com/watch?v=5wxjUYestHo>

<http://www.youtube.com/watch?v=HtagtcWdQyw>.

IV. 2. A Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá: reflexões sobre os resultados da pesquisa

Depois dessa breve explicação de como é e funciona o Complexo (COMPERJ), nos aprofundaremos diretamente na minha pesquisa com os alunos da Educação de Jovens e adultos de Tanguá que frequentam a escola e suas expectativas em relação ao Complexo Petroquímico.

A pesquisa foi elaborada em duas escolas municipais, uma localizada mais ao centro da cidade que é a Escola Municipal Iasmin Gonzaga Arantes e a outra no interior da cidade no bairro de Ipitangas que é a Escola Municipal Ipitangas.

Essa pesquisa se desenvolveu através de uma entrevista, cujo roteiro foi previamente planejado, mas respeitando as possíveis mudanças que pudessem ocorrer durante a aplicação do questionário.

Como o objetivo da minha observação é identificar se existe nos alunos da Educação de Jovens e Adultos o interesse de voltar a estudar com o intuito de se especializar para as oportunidades de emprego que a chegada do Complexo Petroquímico proporcionara para a região, baseei a entrevista em três perguntas: “Porque você parou de estudar?” “O que motivou a voltar a estudar?” e “O que mais gosta na escola?”.

Determinei essas perguntas iniciais para que não influenciasse nas respostas dos alunos sobre os verdadeiros motivos pelos quais eles retornaram a escola, e dependendo do retorno dessas indagações entraria no mérito do Complexo Petroquímico.

Minha escolha pela Escola Iasmin Gonzaga Arantes decorreu devido ela ser a escola mais próxima do centro urbano de Tanguá localizada na Rua Manoel de Macedo 1.040. O prédio onde se encontra a escola Iasmin inicialmente era sede do Colégio Cenecista Manoel João Gonçalves, que depois de passar por graves problemas financeiros fechou, e seu prédio foi vendido para a Prefeitura Municipal de Tanguá tornando-se a base provisória da Prefeitura de Tanguá.

Quando a atual prefeitura ficou pronta, o imóvel do antigo¹¹ Cenecista foi desocupado, e após algumas obras estruturais a Escola Iasmin Gonzaga Arantes começou seu funcionamento em Setembro de 2011. Ela oferece as seguintes modalidades: a Educação Infantil, Ensino Fundamental 1º e 2º seguimento, Educação de Jovens e Adultos 1º Seguimento. Nesse edifício também funcionam a Secretaria de Educação do município, o espaço cultural municipal Ana Maria Gac onde são realizadas palestras, encontros e apresentações culturais em geral; e a Escola Técnica Claudio Bourgeois que oferece cursos de idiomas, Libras e preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A Escola Municipal Ipitangas, outra instituição onde realizei a observação, foi escolhida por ter um caráter mais rural, pois se localiza no interior do município de Tanguá na Estrada de Ipitangas, nº08 no bairro de Ipitangas.

É uma unidade que conta com 05 Professores, 55 Alunos, 01 Diretor, 01 Coordenadora Pedagógica, 01 Supervisora Educacional, 01 auxiliar de Serviços Gerais e 01 Cozinheira. Atualmente trabalha com a seguinte modalidade de ensino: no turno da manhã uma turma de Educação Infantil e uma turma de 1º ano e 2º ano (multisereada), no turno da

¹¹ Com a emancipação da cidade de Tanguá, a prefeitura funcionou em prédio alugado e prédios provisórios até conseguir construir uma sede própria.

tarde uma turma de 3º ano, 4º ano e 5º ano (multisereada) e no turno da noite uma turma de Educação de Jovens e Adultos.

A história dessa escola começa nas dependências da residência do Sr. Roberto Pereira dos Santos que teve como intuito letrar as pessoas da comunidade com o auxílio da professora Aurora Muniz.

A comunidade foi crescendo e cresceu também a necessidade de uma escola que atendesse a demanda do bairro de Ipitangas o que mobilizou o Sr. Roberto a construir um prédio escolar em um dos seus terrenos doado e oficialmente lavrada em cartório no ano de 1953 para essa edificação.

Inicialmente ela teve o nome de Escola Estadual Granjas Cabuçú, posteriormente Escola Reunidas Ipitangas e em 20 de Dezembro de 2005 foi municipalizada e registrada como Escola Municipal Ipitangas.

Depois de escolher as escolas em que realizaria a pesquisa, a segunda etapa era selecionar a turma para aplicação do questionário. Na escola do bairro de Ipitangas existia apenas uma Turma que era da professora Aparecida com 07 alunos matriculados; na escola Iasmin no centro da cidade, existia a possibilidade de fazer a observação em duas turmas, escolhi de forma aleatória a turma da professora Rosélia com 13 alunos matriculados. Na turma da escola de Ipitangas, dos 07 alunos matriculados, 04 foram entrevistados e na turma do Iasmin dos 13 alunos matriculados 09 foram entrevistados.

As entrevistas se desenvolveram da seguinte forma, individualmente com o entrevistado em sala separada para que a resposta de um não influenciasse o outro que ainda não tivesse sido entrevistado. Na escola Ipitangas, realizei a entrevista no final da aula e, na escola Iasmin, a entrevista aconteceu durante o tempo de aula. Os depoimentos aconteceram dessa forma com a devida permissão de cada professora e por opção das próprias e dos alunos. Esses depoimentos foram gravados como áudio e depois transcritos que entraram como anexos nessa monografia.

Previamente a realização das entrevistas, estive com as professoras e expliquei meu interesse e os motivos da pesquisa para que elas antecipassem a minha chegada à turma, depois conversei com toda a turma sobre o objetivo do meu trabalho de campo, como seriam os procedimentos das nossas conversas e caso alguém por algum motivo não se sentisse confortável em falar sobre o assunto teriam liberdade em negar a responder determinada pergunta.

Inicialmente ao chegar às turmas percebi certo nervosismo no olhar de alguns alunos com a minha presença, contudo depois de uma pequena conversa sobre a pesquisa senti que ficaram mais tranquilos e a vontade para responder as perguntas.

Os entrevistados regulavam idades entre 21 anos e 81 anos. As turmas que realizei a pesquisa condiziam a EJA 1, - que se refere ao primeiro seguimento do Ensino Fundamental - multisereada e a escolaridade dos alunos separados por Níveis.

Os Níveis são classificados da seguinte forma: o Nível 1 equivale ao 1º ano ou a antiga alfabetização; o Nível 2 equivale ao 2º e 3º ano ou a antiga 1ª e 2ª série; o Nível 3 equivale 4º e 5º ano ou a antiga 3ª e 4ª série.

Os alunos que conseguem chegar ao final do Nível 3 realizam uma prova no intuito de avançarem para a EJA 2 - que se refere ao segundo seguimento do Ensino Fundamental - dando continuidade ao seus estudos.

Ao realizar as entrevistas muitas respostas interessantes tão singulares e ao mesmo tempo semelhantes apareceram diante das nossas conversas, suas histórias e suas experiências. Nesse processo de pesquisa, treze entrevistas foram fomentadas, entretanto citarei algumas a fim de fazer uma análise mais específica.

A aluna mais nova que entrevistei tinha vinte um anos, cursando o nível 2. Quando perguntei o porquê que ela parou de estudar? Ela me respondeu: “nunca parei de estudar, sempre frequentei a escola”. E quando perguntei: O que você mais gosta na escola? Ela respondeu: “Fazer continha”.

Nesse caso podemos perceber claramente a questão da distorção idade/série e da repetência. A Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino toma para si não só uma educação voltada para aqueles que foram afastados/excluídos de alguma forma da escola, como, também, se torna uma forma daqueles que se encontram fora do nível escolar adequado a sua idade, conseguirem retomar o seu percurso escolar. Diante dessa questão percebemos que a EJA supre diversas necessidades e situações de escolarização, tanto para aquele que estava longe da escola, quanto para aquele que pertence à escola.

Contudo, para que haja sucesso escolar não basta ofertar espaços educacionais apenas como forma de reparação educacional, é necessário que sejam respeitadas as limitações desse aluno, sua cultura, seu conhecimento de mundo, assim trabalhando nesse diálogo entre saberes da escola e as singularidades dos alunos pode se alcançar o sucesso escolar.

É importante observar, também, que a concepção de sucesso escolar de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do/da estudante. Antes, significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. (CONAE, 2010, p.62)

Outro depoimento interessante foi do aluno mais velho que entrevistei com oitenta e um anos e cursando o nível 3. Ao ser perguntado: por que que você parou de estudar? Ele respondeu: “Na nossa época era muito difícil, professora pouco existia. Hoje em dia nós temos um privilégio de ter professores iguais a nós. Não tinha colégio onde a gente morava”. Quando indaguei: O que motivou a voltar a estudar? Ele respondeu: “Estudei no quartel quando tinha 18 anos. E voltei a estudar agora porque sou evangélico e faz muita falta pra nós evangélicos saber ler”. Outra pergunta foi a seguinte: O que você mais gosta na escola? Ele respondeu: “Essa convivência com meus amigos, da professora é fundamental isso”.

Durante as entrevistas alguns depoimentos foram bem similares a esse que acabei de descrever. Três questões importantes se destacam nesses depoimentos: a motivação desses alunos ao se ausentarem da escola, ou mesmo não frequentarem pela não existência de espaços de ensino em determinadas localidades, como também, de profissionais capacitados para trabalhar nas escolas; a motivação do retorno ao ambiente escolar devido a uma cultura religiosa e por fim o ambiente escolar ser caracterizado como um espaço de socialização importante na vida desses alunos.

Essa explicação sobre os motivos de não frequentarem a escola por falta de espaços educativos é uma característica principalmente dos povos do campo e em muitos lugares na atualidade ainda se enfrenta essa realidade. Através dessa problemática é que os movimentos sociais lutam por uma escola pertencente aos povos do campo e que respeite as singularidades características desse povo. “Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo.” (CALDART, 2002, p.149).

Ter uma escola de qualidade que, atenda essa realidade específica que o povo do campo apresenta, começa na identificação de quem são esses indivíduos que pertencem ao campo.

Identificando assim suas particularidades e suas similaridades, deixando claro que a escola não deve trabalhar com a ideia de dar conhecimento a esses sujeitos, mas, sim, que os saberes são construídos, baseados nas trocas de experiências e na valorização da sua cultura, dos seus conhecimentos de mundo, desenvolvendo um indivíduo ciente de seus direitos e deveres como um cidadão que, luta pelos ideais do campo, pelos seus próprios ideais e pelos ideais coletivos.

A escola do campo, portanto, almejando o ideário de uma educação voltada a criticidade, ou seja, uma educação que ensina a argumentar, tornando-se imprescindível que

se liberte de uma pedagogia dominadora que tem como base uma educação cujo intuito é perpetuar o controle sobre as classes mais pobres para que essa, não se manifeste.

Toda teoria pedagógica se alimenta da inferiorização dos setores populares. Quando os setores populares rejeitam essa inferiorização, a teoria pedagógica e a docência caem num vazio, ficam sem chão, sem entenderem a si mesma. Esse me parece um dos pontos mais desestruturantes que os movimentos sociais trouxeram ao campo das políticas e das teorias pedagógicas da docência e dos currículos de formação. (ARROYO, 2012, p.35)

Os movimentos sociais têm parte importante nas conquistas do povo do campo por uma educação de qualidade, com um currículo apropriado as particularidades que os sujeitos do campo têm direito. Direito também a um educador engajado nas lutas por uma educação do campo e no campo, mas compreendendo que educador é todo aquele que tem algo a ensinar, ou seja, somos todos educadores, pois é na relação que os homens estabelecem e constroem o seu processo de aprendizagem.

Esse é um ponto que se destaca no relato desse aluno que descrevi acima quando perguntado sobre o que mais gosta na escola. A relação com os amigos de classe, a troca de experiências é algo de extrema importância para a construção dos saberes e ao pertencimento àquela turma. Isso se destaca por reconhecerem que ali é um espaço comum a eles, pois, mesmo diante das singularidades de vivências, de alguma forma eles compartilham da mesma ausência de um direito que lhe fora negado e da vontade de assimilar os conhecimentos básicos que o permita se constituir um cidadão de direito.

O professor (a) para esses alunos também faz parte desse pertencimento, pois o aluno reconhece nele um amigo, um parceiro de luta na busca da construção do conhecimento, por isso ele automaticamente é o espelho do seu aluno. Nesse sentido, o professor deve entender que os indivíduos são de natureza aprendizes que, enfrentam o tempo todo com a “desumanização”. “Um ser que tem por vocação a humanização se confronta, no entanto, com o incessante desafio da desumanização, como distorção daquela vocação.” (FREIRE, 2001, p. 18).

Assim, esse educador tem a responsabilidade de transformar as práticas dominadoras em políticas de formação dos sujeitos, ou seja, sistematizar a aprendizagem junto ao aluno, respeitando suas singularidades, contudo isso não é uma tarefa fácil exige do professor o entendimento do processo de aprendizagem nessa perspectiva humanista, para isso é importante destacar a necessidade de políticas de investimentos e valorização na formação desses profissionais.

O educador ainda deve ser uma pessoa como seus alunos, que saiba e vivencie a realidade desses sujeitos, pois dessa forma gera a confiança e respeito nos alunos com relação

ao professor e esse, identifica as questões de importância para o desenvolvimento da formação crítica e humana desses alunos.

Outro ponto citado na entrevista é a religião como questão inicial na motivação pelo retorno à escola. Durante a pesquisa esse tema surgiu em algumas entrevistas como motivação de aprender as letras para que pudessem ler e entender os textos bíblicos.

O próximo depoimento que destaco aqui nesse trabalho monográfico, é de um aluno de 55 anos cursando o nível 2 que, ao ser perguntado: por que você parou de estudar? Ele respondeu: “Eu nunca tive oportunidade de estudar, de uns anos pra cá que eu voltei a estudar.” E, quando perguntei: o que motivou a voltar a estudar? Ele respondeu: “Muitas vezes as portas iam se fechando pra mim, vendo as portas fechadas então eu voltei a estudar porque pra poder me relacionar mais com as pessoas saber conversar, você entendeu...? respeitar os direitos dos outros e os outros respeitar o meu.” E ao perguntar: o que mais gosta na escola? Ele respondeu: “Dos meus amigos, todos aqui e da minha professora.”

O que me chamou a atenção nesse depoimento foi o relato das “portas se fechando”, pois ele relaciona a questão da importância do saber ler e escrever para obter um bom relacionamento na sociedade e como essa sociedade cobra dos indivíduos a aquisição da leitura e escrita para torná-lo um sujeito de direitos. Isso inclui o convívio social e as questões de boas oportunidades de emprego.

Com relação ao motivo pelo qual não pode frequentar a escola, podemos perceber uma semelhança com relação ao depoimento anterior que descrevi nesse trabalho, a falta de oportunidade de estudar. E a relação com seus amigos de turma e professor como fator de importância pessoal na realização da construção dos seus saberes.

Por fim, trago como último depoimento para análise o relato de um aluno com 61 anos, cursando nível 3, que quando perguntei “por que você parou de estudar?” Ele respondeu: “Parei de estudar era criança, ainda uns 7 anos. Foi quando mataram meu pai nós fomos todos pra roça trabalhar.” Quando perguntei: o que motivou a voltar a estudar? Ele respondeu: “Eu comecei estudando mesmo, mesmo quando eu fui lá pra baixo; ai comecei a estudar a mesma coisa no MOBREAL, no Horto Fonseca – Niterói. Lá eu fui até a segunda série. Nessa época eu trabalhava na ponte, ai indenizou todo mundo eu vim pra Posse (bairro de Tanguá), arrumei família, vim tomar conta de um sítio aqui e estou até hoje. Ai, comecei a estudar aqui a noite em 1998”. E, por último, “o que mais gosta na escola?” Ele respondeu: Eu gosto de tudo, o estudo, o divertimento, um pouquinho de cada coisa.

Analisando os motivos pelos quais esse aluno não pode frequentar a escola quando criança, identifiquei uma semelhança entre os outros depoimentos. O afastamento por motivo

de trabalho para ajudar na renda da casa é uma realidade comum aos povos do campo, pois muitos auxiliavam os pais nos deveres com o sustento da família. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número de crianças e jovens na faixa etária, entre 5 e 17 anos ainda continuam sofrendo os efeitos do trabalho infantil. Contudo, é relevante destacar uma significativa queda de 5,41% no ano de 2012 em relação ao ano anterior de 2011¹².

Chamou-me a atenção, também nesse relato, o número de suas tentativas de frequentar a escola, pois o mesmo entrou e saiu, principalmente, o que leva esse aluno estar, desde 1998, cursando o primeiro seguimento do ensino fundamental. Esse aluno pode estar sofrendo os efeitos de uma educação dominadora, “A escola ainda aparece nas teorias pedagógicas, na história da educação e das políticas educativas como uma dádiva dos de cima, das elites, para com os de baixo.” (ARROYO, 2012, p. 33). Ou por apenas associar aquele espaço como um ambiente onde ele se sente parte integrante de aprendizagens e, sobretudo, um espaço em que os sujeitos de uma realidade semelhante se encontram para compartilhar seus desejos, seus sonhos, suas vontades, suas carências e seus ideais de uma vida um pouco menos sofrida.

Assim esse espaço se torna muito mais do que aprendizagem das letras, dos números e das leituras, mas se torna um espaço destinado ao que Freire se refere ser o destino natural de todos nós, ou seja, o de nos humanizar.

V) Considerações finais

Nessa monografia buscamos contemplar o percurso histórico no Brasil da Educação de Jovens e Adultos e sintetizar como esse processo se desenvolveu ao longo dos anos. Podemos conhecer também a trajetória do município de Tanguá e seu desenvolvimento educacional e conhecer o que é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Analisando todas as entrevistas realizadas com os alunos do primeiro segmento do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos do município de Tanguá, em consonância com o objetivo inicial da pesquisa que trata das expectativas dos Jovens e Adultos de Tanguá que estão em sala de aula, em relação ao Complexo Petroquímico do Rio

¹² Outras informações sobre os dados referentes ao trabalho infantil podem ser encontrados no site do Portal Brasil <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/pnad-2012-trabalho-infantil-registra-156-mil-casos-a-menos>.

de Janeiro (COMPERJ), pude observar que nenhuma das respostas dadas pelos entrevistados relacionou o seu retorno à escola com a implantação do COMPERJ. Apenas há um pequeno comentário no terceiro depoimento citado acima em que o aluno diz que “muitas vezes as portas iam se fechando pra mim” o que nos relaciona as questões sociais e de trabalho.

Diante desses relatos podemos relacionar a ausência de expectativas em relação ao COMPERJ. Em relação a isso podemos inferir sobre alguns fatores tais como: a faixa etária dos entrevistados que se constituiu em sua maioria de adultos com mais de 40 anos com uma vida profissional já existente mesmo diante da carência de escolaridade; ou por ter sua vida de trabalho voltada às coisas cotidianas ou de trabalho; ou até mesmo pelo não interesse ou falta de conhecimento do que a construção do COMPERJ representa para o desenvolvimento sócio/econômico da cidade de Tanguá.

Conclui-se que para esses Jovens e Adultos que cursam o primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos no município de Tanguá que o Complexo Petroquímico não é a grande motivação pelo qual retornam as salas de aula, mas, sim, a vontade de se integrar com o mundo através do conhecimento das letras e da sua interação com os professores e amigos de turma. Este relacionamento e sociabilidade fazem com que a cada dia cresça a vontade de permanecer no ambiente escolar, pois entendemos que a educação é algo permanente não por uma cobrança, mas pelo fato inato de que somos seres sociais e de conhecimento e por natureza queremos saber o que não sabemos e entender o que não entendemos.

Assim como Freire define em seu livro “Política e Educação” (2001) algo inerente ao ser humano é a capacidade de aprender e é através da criticidade estimulada pelo trabalho desenvolvido pelos educadores nas escolas que faz com que o aluno chegue a conclusão de “não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais”.

VI) Bibliografia

ALVARENGA, Marcia Soares. Da cegueira a orfandade. A questão da cidadania nas políticas de alfabetização de Jovens e Adultos (1947-2002). Campinas. *Revista HISTEDBR On-line* Nº 36, 2009.

ALVARENGA, Marcia Soares; *et all.* Os movimentos sociais reeducam a educação. IN *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores – Outras questões, outros Diálogos*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzáles; *et all.* Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica, 2007

CALDART, Roseli Salet. *Por Uma Educação do Campo*. Dezembro, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Distrito Federal, 2000.

FERNANDES, Francisco das Chagas. *Conferencia Nacional de Educação – CONAE*. Documento Final. 2010

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo. Autores Associados. Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e Educação: ensaios*. 6ª. Ed. São Paulo. Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Maurício Ferreira; PANDEFF, Pando Angeloff. *Contribuição para a avaliação de impactos sócio-ambientais por empreendimentos da indústria petroquímica: O caso do comperj em itaboraí e a apa-guapimirim/rj*. Niterói, 2008.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 14, 2000.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> acessado em: 02/02/13 11:28h.

<<http://www.comperj.com.br/>> acessado em: 04/06/13 20:00h

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf> Acessado em: 04/06/13 21:27h.

<<http://www.rio-turismo.com/mapas/regiao-metropolitana.htm>> acessado em: 04/06/13 21:45h.

<<http://www.tangua.rj.gov.br/VerFotosAntigas.php?x=1>> 20/06/13 23:42h.

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

OLIVEIRA, Domingos Pessoa da Silva; *et alli*. *A História de Tanguá*. Centro Universitário Augusto Motta, 2000.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. *Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem*. Caxambu. *Revista Brasileira de Educação* Nº 12, 1999.

SEBRAE, Dados. *Informações socioeconômicas do município de Tanguá*. Rio de Janeiro, 2011.

VII) Anexos

Anexo I

Entrevistas Transcritas

Escola Municipal Ipitangas

Nome: Reginaldo de Oliveira

Idade: 67

Nível: 3

Por que você parou de estudar?

Duas motivações, uma porque tinha que trabalhar e outra maior dificuldade que eu tive pra aprender um pouco. Foi que eu fui saber que eu tinha problema de visão depois que eu fui mexer com carteira de motorista, antes eu não sabia. E na época muita gente estudando você longe do quadro o tempo foi passando acabei me atrapalhando.

O que motivou a voltar a estudar?

Porque sempre a gente aprende mais um pouquinho né, sabedoria nunca é de mais e minha filha veio dar aula e eu vim junto

O que você mais gosta na escola?

A gente gosta do companheirismo, se encontra com os colegas bate um papo estuda e se distrai um pouco.

Nome: Marcia da Conceição

Idade: 34

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Eu parei de estudar com 12 ou 13 anos, é porque eu tenho um probleminha de depressão né ai tive que me internar na EGO ai não quis estudar mais não.

O que motivou a voltar a estudar?

Aprender um pouco

O que você mais gosta na escola?

A eu gosto do EJA, gosto da professora dos coleguinhas, gosto dos passeios.

Nome: Maria Lúcia dos santos

Idade: 33

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Eu comecei a estudar depois de velha já, porque quando a gente era mais nova meu pai colocava a gente pra ajudar ele na roça, ai quando a gente começava a estudar ai mudava de sítio essas coisas assim ai agente tinha que sai do colégio de novo.

O que motivou a voltar a estudar?

Voltei a estudar com uns 30 anos, o que me motivou foi pra mim aprender a ler escrever e a professora é muito boa.

O que você mais gosta na escola?

A professora ensina a gente muito bem, porque tem passeio pra gente ir.

Nome: Antônio Conceição

Idade: 61

Nível: 3

Por que você parou de estudar?

Parei de estudar era criança ainda uns 7 anos. Foi quando mataram meu pai nós fomos todos pra roça trabalhar.

O que motivou a voltar a estudar?

Eu comecei estudando mesmo, mesmo quando eu fui lá pra baixo , ai comecei a estudar a mesma coisa no MOBREAL no Horto Fonseca - Niterói , lá eu fui até a segunda série nessa época eu trabalhava na ponte ai indenizou todo mundo eu vim pra Posse (bairro de Tanguá) arrumei família vim tomar conta de um sítio aqui e estou até hoje, ai comecei a estudar aqui a noite em 1998

O que você mais gosta na escola?

Eu gosto de tudo, o estudo o divertimento, um pouquinho de cada coisa.

Anexo II

Entrevistas Transcritas

Escola Municipal Yasmim Gonzaga Arantes

Nome: Alarico da silva

Idade: 81

Nível: 3

Por que você parou de estudar?

Na nossa época era muito difícil, professora pouco existia hoje em dia nós temos um privilégio de ter professores iguais a nós, não tinha colégio onde a gente morava

O que motivou a voltar a estudar?

Estudei no quartel quando tinha 18 anos. E voltei a estudar agora porque sou evangélico e faz muita falta pra nós evangélicos saber ler

O que você mais gosta na escola?

Essa convivência com meus amigos, da professora é fundamental isso.

Nome: Cícero Rodrigues

Idade: 68

Nível: 1

Por que você parou de estudar?

Na época de 70 eu entrei no Mobral só que quando não era eu que viajava pro Rio ou Brasília era o professor a professora ai eu estudava um mês, um mês e 15 dias ai não tive tanta oportunidade por causa do trabalho morava no interior tinha que trabalhar não tive tanta oportunidade, então quando chegou aos 50 anos eu tive um pouco de conhecimento de letra e pouco de conta, matemática mas de escrever não sabia. Então quando cheguei aos 60 anos eu me tornei evangélico ai passei a sempre ta meditando a bíblia ai passei, não como quem estuda, lê, mas não escrever.

O que motivou a voltar a estudar?

Agora eu tive a oportunidade de estudar com a professora tem um mês e pouco, porque o estudo faz falta, todo mundo tem que aprender a ler faz parte da sociedade, porque tem momentos que a gente tem que saber ler e escrever.

O que você mais gosta na escola?

É um momento que nós temos para conversarmos uns com os outros é um prazer chegar aqui e encontrar a professora, eu e a minha filha nós não temos tanto interesse em passar em prova passar de série, mas em ta aqui e aprender com a professora.

Nome: Adenir Azevedo

Idade: 63

Nível: 3

Por que você parou de estudar?

Nós tínhamos que trabalhar pra ajudar em casa e meus pais não concordava em trabalhar e estudar só trabalhar ai depois de velha eu casei e meu marido também não deixava eu estudar. Em 2008 que eu frequentei a escola mas também sai.

O que motivou a voltar a estudar?

É porque eu sou cristã, ai você quer ler a palavra na bíblia, mas não sabe você tem ela na mão mas não sabe o que esta escrito ali dentro.

O que você mais gosta na escola?

Eu gosto de matemática, tirando a matemática minha professora ela tem uma paciência com a gente.

Nome: Thereza Ferreira

Idade: 55

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Meus pais não acreditavam que era importante escola. A partir do momento que assinava o nome tava bom pra eles, ai eu fui estudar depois de velha estudei dois anos e parei ai voltei a estudar agora de novo

O que motivou a voltar a estudar?

Pra aprender a ler e escrever, pegar ônibus.

O que você mais gosta na escola?

Eu gosto de tudo, gosto de todo mundo, goto de matemática.

Nome: Manoel Crespo

Idade: 59

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Eu nunca tive oportunidade de estudar, de uns anos pra cá que eu voltei a estudar

O que motivou a voltar a estudar?

Muitas vezes as portas iam se fechando pra mim, vendo as portas fechadas então eu voltei a estudar porque pra poder me relacionar mais com as pessoas saber conversar você entendeu, respeitar os direitos dos outros e os outros respeitar o meu.

O que você mais gosta na escola?

Dos meus amigos todos aqui e da minha professora

Nome: Ilcéia Magalhães

Idade: 61

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

A onde a gente morava não tinha escola, morávamos na fazenda e a escola era muito longe, eu só trabalhava, como fomos criadas na roça não tivemos oportunidade de estudar e agora que eu to pelejando.

O que motivou a voltar a estudar?

Eu voltei a estudar porque a Leitura faz falta, pra viajar, nos lugares pega um papel você não sabe o que ta lendo, o que você ta assinando, a leitura faz falta nisso.

O que você mais gosta na escola?

Eu gosto de todo mundo, conheço minha professora a muito tempo gosto muito dela.

Nome: Neucimar da Silva

Idade: 63

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Eu morava na roça ai quando eu completei 12 anos a diretora falou pra minha mãe me tirar porque eu já tava muito grande eu não podia estudar mais ali. Eu tive que sair na 1 série e fiquei muito triste.

O que motivou a voltar a estudar?

Eu queria aprender a ler e escrever meu nome completo

O que você mais gosta na escola?

Dos meus colegas e da professora

Nome: Thaís de Souza

Idade: 21

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Sempre frequentou a escola

O que você mais gosta na escola?

De fazer continha

Nome: Neuza de Paula

Idade: 75

Nível: 2

Por que você parou de estudar?

Na época minha mãe me colocou no colégio, mas eu não tinha motivo nenhum pra esquentar a cabeça pra estudar, porque a gente não tinha dinheiro pra nada, nem pra comprar roupa nem pra nada, ai minha mãe me tirou né, me tirou e me colocou na roça para trabalhar ai passou e agora com cinquenta e poucos anos eu voltei a estudar.

O que motivou a voltar a estudar?

Porque encontrei uma professora maravilhosa se não fosse ela também eu não estaria aqui, antes de estar com ela eu estudei em outro lugar mais não deu certo ai eu parei. Ai conheci ela voltei a estudar com ela Eu já sabia escrever meu nome mais agora eu posso andar pra qualquer lugar, sei pegar ônibus, leio as placas, ontem mesmo tava vendo uns documentos em minha casa antes eu não sabia que era uma certidão mas não sabia o que estava escrito agora sei lê a certidão de casamento a certidão de registro, imposto é isso minha vida melhorou porque estou aprendendo.

O que você mais gosta na escola?

De todos os meu amigos são maravilhosos um respeita o outro